

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Maria Luiza Nogueira Vanderlei

**Discriminação racial em guerras internacionais: motivação e indicadores do
efeito de comoção seletiva em guerras internacionais segundo o
pós-colonialismo**

DOURADOS
Março, 2024

Maria Luiza Nogueira Vanderlei

Discriminação racial em guerras internacionais: motivação e indicadores do efeito de comoção seletiva em guerras internacionais segundo o pós-colonialismo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados como pré-requisito para obtenção de título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Boti Bernardi

DOURADOS

Março, 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

V235d Vanderlei, Maria Luiza Nogueira
Discriminação racial em guerras internacionais: motivação e indicadores do efeito de comoção seletiva em guerras internacionais segundo o pós-colonialismo. [recurso eletrônico] / Maria Luiza Nogueira Vanderlei. -- 2024.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Dr. Bruno Boti Bernardi.
TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Discriminação racial. 2. Pós-colonialismo. 3. Comoção Seletiva. 4. Guerra da Síria. 5. Guerra na Ucrânia. I. Bernardi, Dr. Bruno Boti. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 07 de março de 2024, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Maria Luiza Nogueira Vanderlei** tendo como título “**Discriminação racial em guerras internacionais: motivação e indicadores do efeito de comoção seletiva em guerras internacionais segundo o pós-colonialismo**”.

Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dr. Bruno Boti Bernardi** (orientador), **Dra. Déborah Silva do Monte** (examinadora) e **Dr. Mario Teixeira Sá Junior** (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado APROVADO.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Assinaturas:

Dr. Bruno Boti Bernardi

Orientador

Déborah Silva do Monte.

Dra. Déborah Silva do Monte

Examinadora

Dr. Mario Teixeira Sa Junior

Examinador

Dedico este trabalho aos meus avós, Anizia Cruz Vanderlei (*in memorian*), Carmosa Maria Oliveira Silva (*in memorian*), Abel Vanderlei, Antão Nogueira da Silva e à minha amada irmã, Helena Nogueira Vanderlei.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por todas as bênçãos e oportunidades que me foram dadas nessa vida, agradeço à Nossa Senhora Aparecida por interceder por mim desde criança e me manter com saúde, agradeço à Santa Terezinha do Menino Jesus que me abençoou com a oportunidade de fazer uma graduação em uma universidade federal. Assim, também agradeço-vos por terem me proporcionado a melhor família brasileira nordestina para me formar como pessoa, os melhores pais, a mais amorosa das irmãs, os mais simples e fortes avós, os mais engraçados e felizes tios e tias, os mais companheiros e queridos primos e também em maior quantidade que um jovem poderia ter e desejar.

Gostaria de agradecer imensamente à minha mãe, Joelma Nogueira Vanderlei por ser simplesmente quem é, por sonhar, por colocar amor em tudo que faz, por ter aceitado ser minha mãe, por ter acreditado que somente com a educação as coisas podem ser diferentes, por me fornecer através de seu trabalho duro uma educação de qualidade, por me ensinar a responsabilidade e humildade que devemos ter na vida quando viemos de uma realidade difícil, por ser engraçada e por ter os cabelos pretos e cacheados mais lindos que já vi. Obrigada por ser a força que rege nossa família. Obrigada por se doar por inteiro para minha criação e para criação de Helena. Obrigada por ter escolhido o melhor pai que alguém poderia sonhar para ser o pai de suas filhas. Obrigada por trazer consigo toda uma cultura e tradição cearense da maneira mais simples e respeitosa possível. Obrigada por fazer o creme de milho mais gostoso do mundo. Esse texto de agradecimentos não é suficiente para o tanto que sou grata a você minha mãe. Te amo incondicionalmente para sempre!

Gostaria de estender esses agradecimentos ao meu pai, Robésio Cruz Vanderlei, por ter assumido a responsabilidade de ser pai, num país em que a escolha pela paternidade é tão escassa e por me apresentar o maior amor que um pai pode proporcionar às suas filhas. Obrigada pai, por me incentivar a ler sempre e assim me proporcionar uma variedade de sonhos que somente através da leitura se pode alcançar. Obrigada por ser um homem gentil, carinhoso, afetuoso, respeitoso, responsável e trabalhador. Obrigada por sempre demonstrar que me ama e por todas as vezes que me mandou mensagem durante esses cinco anos de graduação me dizendo “Tudo vai dar certo. Estou rezando e pedindo a Deus por você. Te amo

muito minha filha e acredito muito em você.” Obrigada por sempre tratar mamãe com respeito e amor. Obrigada por ser divertido, brincalhão e subir em todas as árvores junto com Helena. Obrigada por fazer o café da manhã e o café da tarde todos os dias. Obrigada por fazer o suco de laranja mais gostoso que já tomei. Obrigada papai por ser você e ser meu pai. Te amo muito mais que três milhões, meu querido pai!

Gostaria de agradecer à minha irmã mais nova, a minha Helena, por existir e por ter me garantido a oportunidade de ser sua irmã mais velha. Com você experimentei verdadeiramente o que é o amor, e sou grata todos os dias a Deus por ter ouvido minhas orações infantis pedindo uma irmã para compartilhar a vida. Obrigada por me amar Helena, obrigada pelos abraços intermináveis, obrigada pelos beijos, obrigada por sempre querer dormir juntinho comigo, obrigada por me respeitar, obrigada por ser uma criança gentil e inteligente, obrigada por sempre demonstrar que sente minha falta em casa, obrigada por cuidar de mim quando passei pela depressão, obrigada por dar risada de todas as gracinhas que faço pra você. Este trabalho é dedicado a você, minha irmã, para que você se inspire e corra atrás de seus sonhos. Papai, mamãe e eu sempre vamos lutar para que você alcance tudo que almeja. Te amo minha Helena e sempre vou carregar o título de Malu da Helena.

Ademais, também gostaria de agradecer à minha melhor amiga de infância, Ana Carolina (Ninha), por sempre cultivar nossa amizade mesmo que a quilômetros de distância e por todo amor. Obrigada às minhas amigas de Guaraçaí, Isadora, Geovanna, Karen e Mariana pela amizade de séculos. Gostaria de agradecer imensamente pela minha amiga Beatriz Faver, por ser a alegria da nossa casa, por ser engraçada e me fazer sorrir todos os dias, por cuidar de mim, por ser minha companheira e por fazer waffles e panquecas deliciosas. Sem você minha vida seria muito chata e espero que nossa amizade seja infinita como o espaço. Gostaria de agradecer a Jessiquinha por ser minha primeira amiga na faculdade em um momento em que eu não conhecia ninguém na cidade, por me dar a oportunidade de ser próxima de uma pessoa tão inteligente e gentil, por me ensinar sempre que tive dúvidas durante a graduação e me incentivar durante o processo de escrita. Gostaria de agradecer a Maria Eduarda, por sempre me demonstrar carinho e respeito, por me atualizar sobre futebol, por ser uma exímia musicista e me emocionar sempre que toca um instrumento e por todo amor que sei que vive em

você. Gostaria de agradecer a meu amigo João Vitor, por ter me acompanhado por diversas experiências durante todos esses anos de graduação e por ser a alegria em muitos dias difíceis. Agradeço também, pela amizade e alegria de todos os amigos que fiz na turma XI, na atlética (AAARI), na bateria terrorista, no estágio, aos meus calouros e veteranos queridos.

Por fim, agradeço aos professores da FADIR por todo o ensinamento passado. Em especial gostaria de agradecer ao meu orientador, Bruno Boti Bernardi, meu professor favorito, por ser tão paciente e por motivar seus alunos de maneira humana e compreensiva. Obrigado por acreditar em mim e na importância do desenvolvimento do tema do trabalho. Obrigada pelas incríveis correções e por estar sempre presente como orientador, o senhor é um ótimo professor e a FADIR tem muita sorte de ter um profissional dedicado e estudioso como você.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar as motivações que geram o efeito da discriminação racial em situações de guerra no sistema internacional, assim denunciando atitudes de comoção seletiva em relação a refugiados. Com isso, pretende discutir sobre raça e racismo seguindo o pós-colonialismo, analisando a ajuda humanitária recebida por pessoas afetadas pela Guerra na Ucrânia em contrapartida com a recebida pelos refugiados da Guerra da Síria. Dessa forma, o trabalho mostra como a hierarquia racial voltada para o eurocentrismo age em detrimento daquelas populações presentes em sociedades não-ocidentais, servindo de parâmetro para a discriminação racial observada também em guerras internacionais, no tocante à prestação de ajuda humanitária, devido à diferença de tratamento a refugiados em relação a sua respectiva cor, religião ou origem. Portanto, a fim de produzir uma pesquisa consistente, as reflexões estão fundamentadas em um estudo de caso bibliográfico, exploratório e descritivo, com intenção de abranger da melhor forma os casos de comoção seletiva. Assim, buscando questionar os acontecimentos de cunho racista e xenofóbico através dos conceitos estabelecidos pelo pós-colonialismo, sobre a relação colonial e os impactos que essa dominação cultural causam na comunidade internacional atualmente.

Palavras-chave: discriminação racial; pós-colonialismo; raça; racismo; comoção seletiva; Guerra da Síria; Guerra na Ucrânia.

ABSTRACT

This research aims to present the motivations that generate the effect of racial discrimination in situations of war in the international system, thus denouncing attitudes of selective commotion towards refugees. With this, it intends to discuss race and racism following post-colonialism, analyzing the humanitarian aid received by people affected by the War in Ukraine in contrast to that received by refugees from the Syrian War. In this way, the work shows how the racial hierarchy focused on Eurocentrism acts to the detriment of those populations present in non-Western societies, serving as a parameter for the racial discrimination also observed in international wars, with regard to the provision of humanitarian aid, due to the difference in treatment of refugees in relation to their respective color, religion or origin. Therefore, in order to produce consistent research, the reflections are based on a bibliographic, exploratory and descriptive case study, with the intention of covering cases of selective commotion in the best way possible. Thus, seeking to question racist and xenophobic events through the concepts established by post-colonialism, about the colonial relationship and the impacts that this cultural domination causes in the international community today.

Keywords: racial discrimination; post-colonialism; race; racism; selective commotion; Syrian War; War in Ukraine.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 OBJETIVOS, PROBLEMÁTICA E ESTRUTURA DO TEXTO.....	10
1.2 JUSTIFICATIVA.....	12
1.3 METODOLOGIA.....	12
2. O PÓS-COLONIALISMO.....	13
2.1 - O ORIENTALISMO DE SAID.....	18
2.2 - AS ANÁLISES DE FRANTZ FANON E ALBERT MEMMI.....	22
3. RAÇA, RACISMO E COMOÇÃO SELETIVA.....	27
3.1 VIDAS ENLUTÁVEIS.....	34
4. SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS.....	38
4.1 GUERRA DA SÍRIA.....	39
4.2 GUERRA NA UCRÂNIA.....	44
4.3 REPORTAGENS RACISTAS E A DISCRIMINAÇÃO RACIAL.....	48
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
6. REFERÊNCIAS.....	56

1. INTRODUÇÃO

A discriminação racial é uma pauta que gera muitas discussões e que está presente em vários ambientes. Diante disso, este trabalho busca expor o que motiva os acontecimentos de discriminação racial em guerras internacionais, valendo-se de contribuições teóricas e conceituais do pós-colonialismo e de autores que analisam os efeitos que a relação colonial deixou no atual sistema internacional.

Dessa forma, o texto apresenta os conceitos sobre raça, racismo e etnia, a fim de esclarecer como historicamente se desenvolveram os estereótipos ligados a certas características físicas e culturais de determinados grupos de pessoas. Com isso, foi desenvolvida uma hierarquização de raças, a qual é formada na base da ideologia e pelas relações de poder que possibilitaram e dão substância até hoje para o racismo e a discriminação racial.

Ademais, a partir dessa imposição de valores desiguais entre as chamadas raças, podemos analisar que a vida de certas pessoas também possui valores desiguais e que, por isso, essas vidas de certa raça - que possuem características as quais são vistas como inferiores ou muitas das vezes como ruins - não são nem consideradas como vidas, tornando assim impossível se comover pelo fim de uma vida que na realidade nunca foi vivida de verdade.

Por isso, no presente trabalho, busco apresentar o conceito de vidas enlutáveis ou vidas choráveis, que compreende o fator que estimula o processo de comoção seletiva e uma certa empatia baseada na hierarquia racial. Isso, por conseguinte, explica o motivo de a morte em certos grupos de pessoas, com características fenotípicas ou culturais parecidas com as de origens colonizadoras e europeias, conseguir comover grande parte das pessoas. Em contrapartida, mortes tão ou até mais trágicas do que essas, quando ocorridas em grupos de pessoas vindas de sociedades pós-coloniais, não conseguem comover, transparecendo reações omissas e uma seletividade na manifestação da comoção pública.

Portanto, a exposição sobre a situação dos refugiados sírios em comparação aos refugiados ucranianos não é para colocar valor sobre quais valem mais sobre os outros, mas sim apontar a discrepância relacionada à forma de tratamento recebida por certos tipos de pessoas devido somente à sua cor da pele, religião ou origem, algo que vem sendo denunciado por refugiados ao longo dos anos de conflitos.

Logo, o texto busca esclarecer os motivos que levaram ao acontecimento de discriminação racial na prestação de socorro para pessoas negras na Guerra da Ucrânia e como a cobertura racista e xenofóbica de notícias pelas mídias ocidentais em guerras é um efeito da comoção seletiva que afeta as populações em necessidade vindas de sociedades pós-coloniais.

1.1 OBJETIVOS, PROBLEMÁTICA E ESTRUTURA DO TEXTO

Este trabalho tem como objetivo apresentar as motivações que causam o efeito de discriminação racial em ambientes de guerra no sistema internacional, buscando denunciar as atitudes de comoção seletiva em relação a refugiados. Dessa forma, discutindo sobre raça e racismo segundo o pós-colonialismo e realizando uma análise sobre a ajuda humanitária recebida por aqueles afetados pela guerra da Ucrânia em contrapartida àquela recebida pelos refugiados da guerra da Síria.

Nesse sentido, a pesquisa busca apontar como o colonialismo e o imperialismo definiram os conceitos de raça e racismo, assim construindo uma classificação social da população mundial baseada na ideia de raça, reforçada pelas relações de dominação colonial. Por conseguinte, isso resultou em uma hierarquia racial voltada para o eurocentrismo em detrimento daquelas populações presentes em sociedades não-ocidentais, sendo um modelo para a discriminação racial observada também em guerras internacionais, no tocante à prestação de ajuda humanitária, devido à diferença de tratamento a refugiados, a depender de sua cor, religião ou origem (QUIJANO, 2005, p. 117-142).

Nesse sentido, o primeiro capítulo discorre sobre o que é o pós-colonialismo e as relações de dominação do Ocidente sobre o Oriente, além de contextualizar a teoria com seu papel exercido nas relações internacionais e na ordem mundial atual (SANKARAN, 2018, p. 19-34). Desse modo, o capítulo também pretende apresentar as análises dos autores Frantz Fanon e Albert Memmi. O primeiro vê a colonização como um processo violento que desumaniza o colonizado e nega a sua essência e seus valores. Fanon reflete sobre a imagem do ser colonizado que, em sua terra natal, não precisa confirmar seu ser à frente de ninguém, mas que, ao adaptar-se à realidade de sistemas de referência hierarquizados, sofre com o fato de ser depreciado pela sociedade imposta a ele. Já o segundo autor reflete sobre as

identidades e as relações entre o colonizador e o colonizado, logo questionando o papel exercido por eles no drama colonial. Memmi afirma que o racismo não é somente um detalhe e sim a arma mais segura que se configura como um elemento consubstancial ao colonialismo.

O segundo capítulo do trabalho ocupa-se de discorrer mais a fundo sobre a origem do conceito de raça que atualmente não se relaciona com o biológico e sim como um conceito formado na base da ideologia que esconde a relação de poder e dominação. Configurando, assim, um conceito muito mais complexo e determinado pela estrutura da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Do mesmo modo, também descreve o conceito de racismo que se estabelece como uma crença na hierarquização das raças através dos universos físico, moral, intelectual e cultural.

Além disso, explica o surgimento do conceito de etnia e a sua substituição pelo conceito de raça, a qual não resolve as questões mal resolvidas pelo racismo. Por fim, apresenta o conceito de vidas enlutáveis e o processo de comoção seletiva através das análises da autora Judith Butler. Tal autora apresenta o conceito e debate sobre todas as vidas que, ao serem perdidas, serão lamentadas coletivamente, em comparação com as vidas que são desprovidas de direitos e que possuem assim vidas consideradas indignas de serem vividas.

Em seguida, o terceiro capítulo descreve a situação dos refugiados do mundo como um todo, mas faz uma análise específica sobre o conflito da Guerra da Síria e o conflito da Guerra da Ucrânia, colocando em comparação o tratamento, as medidas para o refúgio dessas populações e a comoção seletiva apresentada principalmente pelos países imperialistas e europeus. Com isso, apresenta também casos de reportagens da mídia ocidental que vêm disseminando falas racistas e xenofóbicas, denunciando a postura acolhedora para com os refugiados ucranianos e a hostilidade na prestação de ajuda humanitária para os refugiados sírios e do Oriente Médio em geral, além de questionar os casos de discriminação racial vividos por pessoas negras e africanas dentro das populações de refugiados ucranianos que buscam transporte para chegar a regiões seguras.

1.2 JUSTIFICATIVA

A pesquisa busca desenvolver discussões conceituais e teóricas sobre o porquê é importante falar de raça dentro do contexto de guerras internacionais, devido à discriminação observada na prestação de socorro e de ajuda humanitária a refugiados em situação de guerra. Como exemplo, com o começo do conflito e da guerra contra a Ucrânia, localizada na Europa, houve uma comoção mundial sobre os ataques e bombardeios, mas também foi evidenciada uma diferença de tratamento e uma seletividade dessa comoção das pessoas, apresentando uma mídia ocidental supremacista que dissemina preconceito na cobertura da guerra.

Assim, a pesquisa busca mostrar como a discriminação afeta a vivência das pessoas de determinadas raças na sociedade e em conflitos, apontando o papel que, do ponto de vista acadêmico, o pós-colonialismo carrega para as discussões sobre raça. Ademais, é necessário acrescentar o ponto de vista social da discussão, que está explícito no tratamento diferente dado a milhões de refugiados devido a sua raça e religião.

1.3 METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa, as reflexões sobre o assunto estão fundamentadas em um estudo de caso bibliográfico, exploratório e descritivo, de maneira a abranger da melhor forma os casos de comoção seletiva. Assim, observados através da comparação da maneira diferenciada de atendimento humanitário a populações refugiadas fugindo de situações de guerra em dois contextos diferentes: a guerra na Ucrânia e a guerra da Síria.

Logo, usando os conceitos do pós-colonialismo para fazer uma análise crítica, a pesquisa pretende mostrar a discriminação racial gerada por pensamentos racistas e eurocêntricos. Dessa forma, evidenciando como o mundo ocidental perpetua a visão do “outro” como inferior e subdesenvolvido, mantendo o sistema de centro e periferia, perpetuando desigualdades e seguindo o sistema hegemônico de poder capitalista e eurocêntrico.

2. O PÓS-COLONIALISMO

O pós-colonialismo surge do reconhecimento da existência de vínculos entre o período colonial e a ordem mundial atual. Dessa forma, coloca em evidência a história do colonialismo dos últimos cinco séculos e as consequências que o processo histórico de “descoberta” do novo mundo causou, através das grandes navegações e do surgimento do processo de expropriação de minérios e matérias-primas das sociedades não-ocidentais. Com isso, existe uma consciência compartilhada da dominação colonial por parte das nações pós-coloniais, que se baseia no controle dos impérios através das diferenças sociais, sendo a raça a base do funcionamento da política mundial atual, que somente pode ser compreendida através de uma análise de como se estabeleceram esse laços de dominação nos primórdios dos impérios (SANKARAN 2018, p. 19-34).

Por isso, os povos e sociedades não ocidentais são racializados como inferiores e explorados pelo projeto imperialista por meio do uso da força, ocupação territorial, exploração de recursos, desumanização e da objetificação do sujeito colonizado racializado. Dessa forma, a fim de conquistar todas as riquezas que esses locais de dominação possuíam foi estabelecido um processo de genocídio e exploração das populações nativas e o desenvolvimento de uma corrente de exploração que culminou no comércio transatlântico de pessoas escravizadas vindas do continente africano para serem exploradas em minas e plantações. Todo esse processo também é influenciado pelo pensamento idealista liberal de missão do homem branco civilizado, que tem como dever “civilizar” os povos das sociedades não-ocidentais, assim colocando em prática a ideia de superioridade cultural e racial do Ocidente frente ao atraso do resto do mundo, sendo esse o papel constitutivo entre o colonizado e o colonizador (KRISHNA, 2018, p. 19-34)

Logo, o processo colonizador é baseado na expulsão, na institucionalização da escravidão como meio de exploração do trabalho no seu maior nível, e na tomada de terras dos colonizados, assim, estabelecendo hierarquias até mesmo entre as sociedades colonizadas. Por conseguinte, a sociedade ocidental define práticas e ordenamentos para transformar os povos subalternos no “Outro”, fazendo com que o colonizador não se perceba como ator de subjugação e de destruição do “Outro”, devido ao fato de que a visão construída do Ocidente se caracteriza como defensora e benfeitora, a partir do pensamento do dever civilizatório.

(...) o Oriente, berço das primeiras civilizações conhecidas, primeiras línguas e de conhecimentos tão preciosos para a dominação ocidental, como a matemática, é criado como um rival cultural e a imagem mais profunda da relação com o Outro. (SAID, 2008, p.18 apud BATALHA, 2017, p.178).

Ademais, a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça é um pilar fundamental para a formação do capitalismo colonial moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder, constituindo assim a experiência básica da dominação colonial e a disseminação do eurocentrismo como racionalidade específica. Desse modo, a codificação das diferenças entre colonizadores e colonizados na ideia de raça, que pela suposta distinta biologia colocava uns em situação de inferioridade em relação a outros, foi utilizada como principal elemento formador das relações de dominação que a colonização exigia (QUIJANO, 2005, p.117-142).

Dessa forma, existe a necessidade de perpetuar a exclusão dos povos subjugados do contrato social e de questionar a existência de uma “racionalidade crítica”, como é dito na citação: “A inferiorização seria o correlato nativo da superiorização europeia nas sociedades não-ocidentais” (Fanon, 2015 apud Vico e Costa Lima, 2015, p.159). A expansão do capitalismo e da sociedade industrial europeia se materializou através da subjugação das sociedades, e nenhuma análise das relações internacionais é possível sem referência ao capitalismo, às formações sociais por ele geradas e ao sistema mundial (Halliday, 2007, p. 75 apud Vico e Costa Lima, 2015, p.159).

Por conseguinte, o colonialismo e a imposição capitalista se constroem conjuntamente, sendo o resultado da necessidade da civilização ocidental de distribuir e estabelecer como padrão a ser seguido seu modelo econômico, valores, normas e cultura numa proporção global. Segundo Vico e Costa Lima (2015, p.160), baseados em Santos e Quijano, “para o funcionamento do sistema colonial, haveria a necessidade de manter a periferia em um nível de opressão e medo a partir dos mecanismos como a violência e a apropriação”. Com isso, a história, as ideias, a cultura e o conhecimento dos povos atingidos pelo processo capitalista não podem ser compreendidas sem uma análise dos mecanismos de poder e de apropriação impostos pelo colonialismo.

Logo, os colonizadores estruturaram um novo padrão global de controle do trabalho, que por sua vez constituía-se em um elemento fundamental para o novo padrão de poder, baseado nas formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção, apropriação e distribuição de produtos que eram planejados a fim de servir a relação capital-salário e do mercado mundial. Dessa maneira, formava-se uma estrutura nova e original de relações de produção estabelecendo, assim, o capitalismo mundial (QUIJANO, 2005, p. 117-142).

Com isso, houve a formalização de uma distribuição racista do trabalho no capitalismo colonial moderno que esteve presente durante todo o período colonial, de modo que cada forma de controle do trabalho era desempenhada por uma raça particular. Portanto, o controle de um grupo de dominados era o mesmo que uma forma de trabalho específica, constituindo-se uma nova tecnologia de dominação e exploração como raça/trabalho (QUIJANO, 2005, p.117-142).

No entanto, no início do século XX, movimentos emancipatórios foram iniciados na África e Ásia e resultaram no rompimento da hegemonia do sistema colonial e também no crescimento e incentivo de novas formas de produção de conhecimento autônomas, as quais estariam envoltas em questões observadas no próprio contexto, e assim poderiam atender os problemas das suas realidades e especificidades no âmbito doméstico e internacional (MELO; COSTA LIMA, 2015, p. 161).

Desse modo, as teorias críticas internacionais surgem como um contraste às condições predominantes no campo das relações políticas internacionais, como acontece na metodologia majoritariamente voltada para o positivismo, a qual possui a tendência de legitimar estruturas sociais e políticas hegemônicas. Dessa forma, os ideais defendidos pelos teóricos críticos contestam essas ideias, visando o fato de ser irreal a separação da consciência humana do mundo existente, o conhecimento dos valores, e das realidades sociais (MELO; COSTA LIMA, 2015, p. 161).

A teoria tem como questão central relatar e questionar a experiência da colonização e suas ramificações de poder. Além disso, expor as rivalidades interestatais que o imperialismo, no início do século XX, causaram no sistema internacional, construindo assim uma nova forma de análise das Relações Internacionais, também dando ênfase no papel exercido pelas relações econômicas na formação de hierarquias e hegemonias (MELO; COSTA LIMA, 2015, p. 162).

Assim, o estabelecimento de uma hegemonia global resulta da exportação de ideais políticos, sociais, econômicos, culturais e sociais por parte de um precursor da visão imperialista que, através de mecanismos para a propagação da desigualdade, influencia os países dominados para a perpetuação desse regime hegemônico (COX, 2007 apud MELO; COSTA LIMA, 2015, p.163).

Com isso, fica evidente o propósito emancipatório que as teorias críticas possuem, buscando criticar o conhecimento dominante e propagar o pensamento crítico, a fim de promover as propostas de emancipação das sociedades não ocidentais da dominação hegemônica e estabelecer as narrativas dos países subdesenvolvidos. Sendo assim, uma ferramenta útil: “uma forma de instigar a mudança social, fornecendo um conhecimento das forças da desigualdade social que pode, por sua vez, orientar a ação política que visa a emancipação” (RUSH, 2008, p. 35).

O pós-colonialismo se caracteriza por ser relativamente recente nas Relações Internacionais e tem como objetivo analisar o sujeito colonial e sua história em discordância das hegemonias e dos processos de dominação impostos sobre os povos colonizados. Assim, a teoria expõe como a raça se mantém como um dos pilares do funcionamento da política mundial atual, se comprometendo a abrir espaço para que o sujeito pós-colonial seja reconhecido e consiga adquirir a capacidade de ação, numa tentativa de incorporar ao campo teórico das Relações Internacionais a visão de mundo e os conceitos vividos pelos povos das sociedades não-ocidentais.

No entanto, as Relações Internacionais possuem um forte caráter ocidental e eurocêntrico, sendo os países ocidentais o centro de estabelecimento das agendas de pesquisa, debates e de formações de teorias, sempre colocando foco nas visões coloniais e desconsiderando o que vem de fora da produção eurocentrista. Dessa forma, os estudos pós-coloniais ou de(s)coloniais não possuem um corpo homogêneo e unitário sendo um amálgama de uma variedade de disciplinas e teorias como história, psicanálise, antropologia, feminismos e outras, produzindo assim um complexo diálogo interdisciplinar dentro das humanidades (MELO; COSTA LIMA, 2015, p. 165).

O pós-colonialismo é constituído por autores do Terceiro Mundo advindos de ex-colônias como países do Oriente Médio e do Sul Asiático que tiveram a trajetória acadêmica em universidades de Primeiro Mundo, caracterizando também um

fenômeno bem conhecido como a fuga de cérebros que ocorre devido à pouca estrutura e escassez de oportunidades nos países subdesenvolvidos, resultado do atraso e da exploração causada pelo colonialismo.

O termo pós-colonial pode ser compreendido como um sinônimo de período posterior à chegada de Colombo, numa perspectiva em que se faz parte do nosso presente e não está diretamente ligado ao fim do colonialismo, mas sim ao período após o seu início. Com isso, a teoria tem como objetivo disseminar o questionamento sobre como o imperialismo se coloca atualmente na formação de relações de poder, hierarquias, e de sistemas de dominação, apontando a continuidade e persistência das relações de poder colonial nos meios e corpos dos povos considerados como os Outros. Dessa forma, pensando em limites e possibilidades de superação das dominações imperialistas, que persistem devido ao enraizamento dessa dominação na esfera cultural, afetando o âmbito de produção de conhecimento (KRISHNA, 2019, p. 19-34).

Assim, existe um incentivo a um movimento favorável à descentralização de produção de conhecimento e a exposição de críticas aos processos de hierarquização do sistema mundial, apontando as diferenças nos processos de acumulação, produção e crescimento entre o Norte e Sul globais em relação às questões sociais, econômicas e culturais (MELO; COSTA LIMA, 2015, p. 166).

Ademais, o pós-colonialismo argumenta que, para a reversão dos efeitos da dominação político-econômica, é necessária a descolonização cultural, além de perpetuar a oposição ao eurocentrismo em todas as suas formas e meios de estereotipar as representações culturais das sociedades colonizadas e assim tentar legitimar as práticas materiais de dominação e opressão.

Ainda mais, os críticos pós-colonialistas apontam que o discurso tem efeitos de poder, criticando os estadunidenses e europeus que propagam falas preconceituosas e estereotipadas sobre a África, a Ásia, mas também sobre a América Latina. Dessa forma, em uma busca de obter a sua própria voz, sendo a crítica voltada não só para imprensa e para os políticos, mas também para os sociólogos, os pesquisadores e os antropólogos.

Por isso, no pós-colonialismo existem críticas aos perpetuadores da ideia do evolucionismo cultural, uma construção europeia, camuflada como maneira de estudar a diversidade cultural, mas que inferioriza as outras culturas, sendo o foco a

afirmação de que as culturas são diferentes porque algumas são mais “avançadas” e outras mais “atrasadas”.

Nesse sentido, as críticas do pós-colonialismo são voltadas para as relações de poder entre quem descreve e etnografa, por um lado, e os objetos de estudo, por outro, abarcando as imagens que são criadas e aquilo que é descrito. Assim, essas imagens frequentemente carregam traços etnocêntricos, como, por exemplo, a perspectiva do evolucionismo cultural que sempre trata os colonizados como não civilizados, selvagens, atrasados ou primitivos.

Além disso, algo muito criticado pelos pós-colonialistas é a formação de estereótipos, os quais são a caracterização de um indivíduo ou de uma cultura com base em generalizações e ideais superficiais do senso comum, sendo imagens simplistas, incompletas e frequentemente preconceituosas, orientando uma visão de mundo sobre determinados grupos. Dessa forma, quando incorporados ao senso comum, os estereótipos passam a ter efeitos de poder político, cultural e socioeconômico, assim, as sociedades ocidentais possuem o poder de descrever e propagar imagens e estereótipos ou muito negativos ou incompletos sobre uma determinada realidade.

2.1 - O ORIENTALISMO DE SAID

O crítico literário palestino Edward Said, que viveu radicado nos Estados Unidos até sua morte, em 1978 publicou o livro chamado “Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente”, um marco para os pensamentos pós-coloniais. O Orientalismo é um estilo de pensamento e de representações culturais, expondo como o Ocidente enxerga o Oriente. No Orientalismo, a dicotomia Oriente versus Ocidente é estabelecida com a função de estereotipar o “outro”, no caso o Oriente, para assim dominá-lo, sendo assim relacionado com adjetivos como sensual, feminino, irracional e atrasado, enquanto o Ocidente é relacionado com uma visão completamente contrária com atributos considerados positivos, com uma razão racional que predomina sobre os desejos sexuais, masculino e como um reino do progresso e avanço.

O Oriente, no orientalismo, nada mais é que parte integrante da cultura material europeia e de sua civilização. Ao definir a relação entre o Ocidente e o Oriente com uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de

uma hegemonia complexa, Said aponta como base teórica para o debate de conceitos como Poder, o Discurso e a Hegemonia (BATALHA, 2017, p.177).

Com isso, a imagem que o Ocidente mantém sobre si próprio depende dessa imagem sobre o “outro”, utilizando de estereótipos úteis para a relação de poder e projeto imperialista. Assim, Said reforça que o papel constitutivo entre o colonizador e o colonizado é baseado na ideia de superioridade cultural e racial do Ocidente quando comparado ao atraso e à incompletude do Oriente, sendo o objetivo central promover e proteger o imperialismo europeu.

Da mesma forma, é possível entender na citação de Batalha (2017), sobre o orientalismo de Said, que o Oriente é:

“Uma região geograficamente imaginada, construída a partir de concepções religiosas, morais e econômicas divergentes e imutáveis. Esse pensamento que permeia toda construção do Leste do mundo, das terras bíblicas até o extremo oriente, serviu de base para a expansão do capitalismo do domínio europeu a partir do imperialismo, do distanciamento imaginário do mundo e a construção de um bode expiatório radicado no Oriente Médio”(BATALHA, 2017, p. 178).

Assim, o autor define o Orientalismo como uma construção, presente no imaginário ocidental de diversas formas, relacionada à coligação com o exotismo nas relações sociais, a islamofobia e o falso processo civilizador. Com isso, define também que essas formas são o produto, a parte final de um discurso, conceituado por Michael Foucault e também no Orientalismo, que de certa maneira construíram uma hegemonia, conceituada e desenvolvida por Gramsci (BATALHA, 2017, p.179)

Para desenvolver o Orientalismo, Said se baseia no fato de que este é inerente à constituição institucional e imaginativa do discurso ocidental, e que, portanto, sua crítica pode ser realizada através de noções universalistas sobre o espaço imaginário geográfico apresentado, o qual representa os locais de hegemonia, mas não perde a centralidade para a formação intelectual e narrativa dos espaços mundiais. Assim, gerando consequências drásticas para aqueles que são atingidos por esse processo (BATALHA, 2017, p.179). Logo, entende-se que “A relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa” (SAID, 2008, p.32).

Então, Said apresenta que o Orientalismo é articulado ideologicamente, em forma de um discurso baseado em instituições, no vocabulário, na erudição,

imagens e estilos coloniais, logo situando o Orientalismo em um contexto de apontamentos de pré-conceitos construídos através de críticas relacionadas às noções estruturais das ciências sociais e do Estado (BATALHA, 2017, p.179-180).

Dessa forma, observa que a teoria é um investimento material continuado que formou uma rede de conhecimento, a qual confirma o ponto de partida, afirmando que existe uma semelhança maior do Orientalismo com o Ocidente do que com o Oriente em si, devido à ocupação do papel de filtro do Oriente na consciência ocidental. Então, construindo uma série de certezas, narrativas, fundamentações, tanto acadêmicas quanto presentes no senso comum, que perpassam do Orientalismo para a cultura geral (BATALHA, 2017, p.180).

Por conseguinte, Said (2008, p.34) discute a hegemonia e o resultado da hegemonia cultural em ação, a qual fornece ao Orientalismo uma durabilidade e força. Essa força se constrói em cima da constituição contínua do Oriente como Outro na cultura ocidental permanece intrínseca em todo nosso entendimento sobre o Oriente. Assim, em face das considerações sobre o 'resultado da hegemonia cultural', é preciso ser feita uma análise sobre a discussão colocada por Gramsci sobre o conceito, que, além de ser um pilar do Orientalismo, também reacendeu o debate marxista do século XX (BATALHA, 2017, p, 180).

Ao refletir sobre o pensamento de Gramsci a respeito da hegemonia, Gruppi afirma: "Quando Gramsci fala de hegemonia, ele está referindo-se algumas vezes a capacidade dirigente, enquanto outras vezes está falando simultaneamente sobre a direção e a dominação" (GRUPPI, 1978, p, 11 apud BATALHA, 2017, p.181). Logo, para Gramsci, o Estado moderno funciona através de consenso e não somente por meio da violência, assim, esse Estado "moderno" abrange a ideia de sociedade civil mais a sociedade política, sendo uma hegemonia revestida de coerção, que somente é verdadeira para o Ocidente desenvolvido (BATALHA, 2017, p.181).

Além disso, Gramsci contribui de maneira fundamental para o Orientalismo de Said, de forma que é apontado o papel dos intelectuais como porta-vozes da hegemonia, e assim corrobora com as exemplificações de Said que expõem casos desde a literatura medieval, que demonizava o Islã, até o aparecimento de obras de vários intelectuais do séc. XVIII que legitimavam, por meio da autoridade, o imaginário e o estabelecimento de um discurso de poder para os outros europeus (BATALHA, 2017, p.183).

Portanto, os intelectuais ocupam um lugar em que são classificados como indivíduos pertencentes a quadros de classe econômica e politicamente dominante, atuando como funcionários da hegemonia e elaborando esse conceito.

Logo, os intelectuais podem ser classificados como:

“Não é um grupo social autônomo, mas cada grupo social forma intelectuais que se tornam os técnicos da produção, mas também emprestam à classe economicamente dominante a consciência de si mesma e de sua própria função, tanto no campo social quanto no campo político. Dão homogeneidade à classe dominante e à sua direção” (GRUPPI, 1978, p.80).

Said acredita que o resultado da hegemonia cultural, em ação, dá durabilidade e força ao Orientalismo, fazendo com que o Orientalismo esteja sempre perto de uma chamada “ideia de Europa”, a qual, em um contexto coletivo, identifica “nós” europeus em detrimento “daqueles” não-europeus, e assim, torna hegemônica essa cultura dentro e fora da Europa, estabelecendo a ideia de uma identidade europeia superior a todos os povos e culturas não ocidentais. Outrossim, também é constituída a noção de hegemonia de ideias europeias sobre o Oriente, afirmando a superioridade europeia sobre o atraso oriental, eliminando a possibilidade de que um intelectual, mais independente, pudesse obter pontos de vista diferentes sobre a questão (SAID, 2008, p.34).

Dessa forma, Said salienta que dentro da intelectualidade estabelecida, a própria universidade, exerce o papel de mediar entre a sociedade civil e a política de ideias, assim mostrando que a hegemonia das minorias proprietárias e o antropocentrismo são sempre ligadas ao eurocentrismo apresentado na área das ciências sociais e humanas, além de atuar mais fortemente dessa maneira em relação aos estudos com os povos não-europeus (BATALHA, 2017, p.184)

Por isso, acredita que, a partir do século XVIII, surgiu um Oriente complexo, que se tornou “adequado” para o estudo realizado na academia, constatando que

O Orientalismo é antes a distribuição de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e fisiológicos; é a elaboração não só de uma distinção geográfica básica (duas metades desiguais compõem o mundo), mas também de toda uma série de ‘interesses’ que, por meios como a descoberta erudita, a reconstrução filológica, a análise psicológica, a descrição paisagística e sociológica, o Orientalismo não só cria, mas igualmente mantém; é, mais do que expressa, uma certa vontade ou intenção de compreender, em alguns casos controlar, manipular e até incorporar o que é um mundo manifestante diferente (SAID, 2008, p. 40).

Ademais, no que diz respeito à política, o Orientalismo segue sendo utilizado em qualquer discussão voltada à região do Oriente Médio, de maneira mais contundente em relação à violência, ao “atraso” e ao terrorismo em que supostamente vivem e que podem abranger o Ocidente também. Diante disso, confirmando a utilização de um Orientalismo em momentos de crise migratória e xenofobia, evidenciando uma “posição envilecida” por parte de um Orientalismo ocidental que trata o oriental como um objeto de estudo (BATALHA, 2017, p. 195).

Essa “posição envilecida” é apresentada como o produto do discurso hegemônico do Ocidente sobre o Oriente, entretanto, Said possui uma perspectiva otimista uma vez que seu estudo é uma tentativa humanista que se faz esperançosa com o desenvolvimento nas ciências humanas atuais para eximir os estereótipos raciais, ideológicos e imperialistas fornecidos pelo discurso e pela política do Orientalismo (BATALHA, 2017, p.195).

Por fim, o que se vê atualmente nas academias ocidentais é que os intelectuais não exercem mais o papel de mediadores da política e são cada vez mais sociedades de discurso, até mesmo dentro dos debates Pós-Coloniais. Logo, expondo que são espaços privilegiados onde se produz os debates e linhas de pesquisa que Said idealizou, mas que não consegue repercutir ao ponto de gerar efeito nas políticas nacionais e nem transnacionais (BATALHA, 2017, p.195-196).

2.2 - AS ANÁLISES DE FRANTZ FANON E ALBERT MEMMI

Os pensadores pós-coloniais buscam promover auto questionamentos e abrir ideias para possibilidades de formação de ambientes favoráveis para a produção de críticas aos saberes ocidentais em sociedades marginalizadas, assim constatando grande relevância da periferia na produção de conhecimento.

Nesse sentido, os autores Frantz Fanon, um psiquiatra e filósofo político nascido na colônia francesa da Martinica, e Albert Memmi, judeu e nascido na Tunísia, analisaram e produziram pensamentos sobre relação colonial e a luta da libertação nacional, com as obras *Os Condenados da Terra*, de 1961, e *o Retrato do*

Colonizado, de 1955, ambas destacando aspectos que se referem em específico à guerra de libertação argelina.

Na visão de Franz Fanon, a colonização sempre é um processo violento e que desumaniza o colonizado, negando-lhe seu passado, sua essência e seus valores. Em seu ensaio, ele afirma: “o colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado de natureza” (FANON, 1968, p. 46). Assim, acredita que o sistema colonial constrói e perpetua estereótipos, argumentando que o opressor foi definido pelo colonizado como inimigo de valores, desprovido destes, bem como de moral.

Ademais, reitera que a desumanização foi levada ao extremo ao comparar o ser africano aos animais, deixando isso claro na seguinte citação: “A linguagem do colono é uma linguagem zoológica” (FANON, 1968, p.31)[na versão de 2005 é p.59]. Como resultado, o colonizado vivia em um estado de tensão permanente.

Com isso, o objetivo central de sua análise é naturalmente aquele sujeito em seu ensaio que usa a máscara branca, o “indígena moderno”. Segundo Fanon, o indígena do mundo moderno é portanto um ser “inferiorizado pelo sepultamento de sua originalidade cultural” (SILVEIRA, 2022, p.355), isto é, o negro lida com o mundo construído e dominado pelo branco, em que cede ao processo de dominação, adquirindo os prejuízos que possuir a pele negra traz, porém permitindo-se moldar a uma máscara branca e podendo evoluir até para uma alma branca (SILVEIRA, 2022, p.354).

Por conseguinte, o autor reflete sobre a imagem do ser colonizado, no caso do negro inferiorizado, que em sua terra natal não precisa confirmar seu ser à frente de ninguém, mas que, na metrópole, percebe a inconveniente realidade de ter sistematicamente que se situar como um ser negro diante do branco e adaptar-se em sistemas de referência hierarquizados, de maneira inconsistente, devido ao fato de ser depreciado pela sociedade imposta a ele (SILVEIRA, 2022, p.357).

Fanon discorre que, para o desenvolvimento da descolonização, o emprego da violência seria necessário, devido à natureza violenta da colonização, e que, por isso, a luta direta seria um reflexo dessa ação, não possibilitando nenhuma forma de negociação (KREUZ, 2020, p.126). Assim, o autor acredita que “O desenvolvimento da violência no seio do povo colonizado será proporcional à violência exercida pelo regime colonial contestado” (FANON, 2005, p.107).

Logo, resolve que,

Na descolonização, há pois exigência de um questionamento integral da situação colonial. [...] só pode triunfar se são jogados na balança todos os meios, inclusive, é claro, a violência. [...] O colonizado que decide realizar esse programa, que decide fazer-se o seu motor, está claro para ele que esse mundo encolhido, semeado de interdições, só pode ser questionado pela violência absoluta (FANON, 2005, p.53)

No entanto, Fanon também foi afetado pela experiência de conviver em ambientes em que o colonizado era despido de suas características e transformado em algo mais aceitável ao ambiente europeu. Diante disso, passava a ser detentor do saber científico europeu e se desapegava das lembranças do passado africano e de seu povo, assimilando os movimentos de um ser “civilizado”, usando sempre o terno e a gravata em suas aparições públicas, sendo a vestimenta um dos grandes símbolos do poder ocidental (SILVEIRA, 2022, p.365).

De outra maneira, Albert Memmi reflete sobre as identidades e relações estabelecidas entre colonizador e colonizado e o papel desempenhado por cada um deles no drama colonial. Assim, acredita que o colonialista nunca teve desejo de transformar a colônia à imagem da metrópole e o colonizado à sua própria, revelando a necessidade de manter seus privilégios e declarar como impensável a adequação de colônia e metrópole, pois essa resolução não cabe ao colonialista e sim as questões ligadas à natureza do colonizado (MEMMI, 2007, p.106-107).

Com isso, resolve que “É notável que o racismo faça parte de todos os colonialismos, sob todas as latitudes. Não é uma coincidência: o racismo resume e simboliza a relação fundamental que une colonialista e colonizado” (MEMMI, 2007, p.107). Além disso, classifica esse racismo como vivido e cotidiano, logo, o racismo colonial é natural e espontâneo, de maneira que se incorpora nos costumes mais banais (MEMMI, 2007, p.107).

Ademais, Memmi descreve o racismo em três etapas. A primeira tem a função de descobrir e pôr em evidência as diferenças entre colonizador e colonizado. A segunda foca em valorizar essas diferenças em benefício do colonizador. Por último, a terceira leva essas diferenças ao extremo, assumindo-as como definitivas e fazendo com que traços culturais, históricos-geográficos se tornem biológicos, a fim de se apoiar em tudo que separa as partes dessa relação. Então,

“o colonialista retirará o fato da história, do tempo, e, portanto, de uma evolução possível. O fato sociológico é batizado como biológico, ou melhor,

como metafísico. Declara-se que pertence à essência do colonizado. Assim, a relação colonial entre o colonizado e colonizador, fundada na maneira de ser, essencial, dos dois protagonistas, torna-se uma categoria definitiva” (MEMMI, 2007, p.108).

O racismo para o autor não é somente um detalhe, é a arma mais segura, sendo um elemento consubstancial ao colonialismo. Portanto, entende que o racismo não só contribui para a discriminação fundamental na relação colonial como embasa a sua imutabilidade (MEMMI, 2007, p.110-110).

Por exemplo, as afirmações feitas pelos colonizadores sobre os colonizados não podem ser classificadas como observações objetivas como acontece na instituição da ideia de que o colonizado é um ser preguiçoso. Ao estabelecer que a preguiça é constitutiva da essência do colonizado, revela-se como a força discursiva sempre privilegia o colonizador, justifica seus atos, ao prejudicar e marginalizar o Outro (MEMMI, 2007, p.119).

Por conseguinte, Memmi descreve a desumanização colonial afirmando que, para o colonizador, pouco importa o que de fato o colonizado é. Isso porque se apresenta uma despersonalização do colonizado, chamada de marca do plural, em que o colonizado jamais é caracterizado de maneira singular e diferencial, somente tendo direito à descrição coletiva anônima, perdendo sua existência como indivíduo (MEMMI, 2007, p.123).

Por isso, com o passar do tempo, o colonizado começa a identificar em si mesmo os rótulos negativos e começa a se convencer da superioridade do Outro, através do mecanismo chamado de mistificação. O retrato místico e degradante difundido pelo colonizador culmina na aceitação por parte do colonizado, transformando a ideia imposta em realidade, contribuindo assim para o retrato real do colonizado (MEMMI, 2007, p.125).

Ademais, para o autor, é necessário criar uma ideologia do colonialismo e assim legitimar o empreendimento tanto por parte do colonizador quanto do colonizado, sendo essa a base da estabilidade colonial. Em suma, o colonizado parece fadado a perder progressivamente a memória, em um processo de amnésia cultural, devido ao fato de que a memória de um povo é apoiada em suas instituições, monumentos e festividades. No caso da colônia, a memória preservada é a da metrópole (MEMMI, 2007, p.143).

Além disso, o colonizado é incentivado desde o princípio a desenvolver amor pelo colonizador e desprezo e ódio por si mesmo, convencendo-se da superioridade do outro e por isso tornando o colonizador seu modelo e objetivo. Como resultado, existe o esmagamento do colonizado através dos valores colonizadores, porque quando o colonizado adota esses valores, adota também a sua própria condenação. Dessa forma, para obter essa liberdade idealizada, aceita destruir-se (MEMMI, 2007, p.162-164).

Assim, Memmi expõe que

“Enfim, negro, judeu ou colonizado, é preciso se parecer mais com o branco, o não-judeu, o colonizador. Assim, como muita gente evita expor seus parentes pobres, o colonizado com problemas de assimilação esconde seu passado e suas raízes, enfim que se tornaram infamantes” (MEMMI, 2007, p.164).

Por fim, Memmi acreditava que a revolução era inevitável e que em algum momento todas as colônias se libertariam, pois para o colonizado não existe outro caminho que não seja o alcance do fim da colonização, de maneira absoluta, ou seja, não apenas uma revolta, mas a superação da revolta, ou melhor, a revolução (MEMMI, 2007, p.188). Logo, Memmi conclui seu ensaio com o pensamento de que

“Revolução: notou-se que a colonização matava materialmente o colonizado. É preciso acrescentar que ela o mata espiritualmente. A colonização falseia as relações humanas, destrói ou esclerosa as instituições e corrompe os homens, colonizadores e colonizados. Para viver, o colonizado precisa suprimir a colonização. Mas, para se tornar um homem, deve suprimir o colonizado que se tornou. Se o europeu deve aniquilar em si o colonizador, o colonizado deve superar o colonizado.”(MEMMI, 2007, p.189).

3. RAÇA, RACISMO E COMOÇÃO SELETIVA

O conceito de raça foi usado primeiro nas ciências naturais para classificação de espécies animais e vegetais na Zoologia e na Botânica. No entanto, o termo possui uma dimensão temporal que transforma o seu significado, assim, o conceito de raça passou a representar o sentido de descendência tal qual um grupo com um ancestral em comum, os quais possuem características físicas semelhantes entre si. Dessa forma, em 1684 o termo é usado pela primeira vez no sentido mais moderno da palavra, para classificar a diversidade humana em grupos com características diferentes, sendo essas denominadas raças que possuem aspectos físicos parecidos (MUNANGA, 2003, p.1).

Por conseguinte, durante os séculos XVI-XVII, o conceito de raça foi voltado para a diferenciação entre classes sociais da França, as quais passavam por um período em que existia uma população de origem germânica, os Francos, os quais consideravam-se possuidores de um sangue puro, que forneceria habilidades e aptidões naturais de racionalidade e dominação, em oposição aos Gauleses que eram considerados como a Plebe, e assim vistos como menores e desprovidos de habilidades positivas, visão essa que “justificaria” a escravidão desse povo (MUNANGA, 2003, p.1).

Com isso, o conceito de raças “puras” foi retirado da Botânica e da Zoologia a fim de estabelecer as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais mesmo que essas não possuíssem características tão distintas entre si que fizessem essa diferenciação ser verdadeira e clara. Assim, a partir do século XVIII e da corrente de racionalidade vinda com o período do Iluminismo, os filósofos iluministas contestam o monopólio do conhecimento detido pela Igreja e buscam desenvolver e buscar uma explicação para quem eram os povos recém descobertos dentro da história da humanidade (MUNANGA, 2003, p.1-2).

Desse modo, resolvem utilizar o conceito de raça já estabelecido nas ciências naturais para fazer a classificação dos povos de uma antiga humanidade como raças diferentes, já que a variabilidade humana é um fato empírico incontestável e que merecia por isso uma explicação científica. Desse modo, os conceitos e as classificações seriam ferramentas para operacionalizar o pensamento, mas que, no entanto, serviram para uma operação de hierarquização que construiu um caminho para o desenvolvimento do racismo. Então, em operações de classificação, foi

necessário estabelecer critérios objetivos baseados na diferença e na semelhança e durante o século XVIII foi escolhida a cor da pele como critério fundamental para a divisão entre as raças (MUNANGA, 2003, p.2).

Ademais, é conhecimento estabelecido que a cor da pele é definida pelo grau de concentração de melanina apresentada pela pele, olhos e cabelo, mas que essa representa apenas menos de 1% dos genes que constituem o patrimônio genético de um indivíduo. No entanto, a espécie humana foi dividida em três raças: raça branca, negra e amarela, as quais apresentavam não só a cor da pele como diferença, mas também outros critérios morfológicos como o formato do nariz, dos lábios, do queixo e do crânio, que foram apontados com a intenção de aperfeiçoar a classificação (MUNANGA, 2003, p.3-4).

Em seguida, no século XX houve progressos na área da Genética Humana que levaram à descoberta de que no sangue humano havia critérios químicos mais determinantes para definir a divisão da humanidade em raças distintas, sendo esses os tipos sanguíneos, algumas doenças hereditárias e outros fatores na hemoglobina que podem ser encontrados com mais frequência e incidência em algumas raças do que em outras, configurando o que os geneticistas chamaram de marcadores genéticos. Com isso, após vários desencontros com os progressos realizados pela própria ciência biológica, os estudiosos concluíram que a ideia de raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito cientificamente inoperante usado para explicar a diversidade humana e assim dividi-las em raças distintas, definindo assim que biológica e cientificamente as raças não existem (MUNANGA, 2003, p.4-5).

Entretanto, a invalidação científica do conceito de raça não significa que todas as populações possuem estruturas genéticas semelhantes, mas que mesmo com essas diferenças existentes não há elementos suficientes para a classificação de toda a humanidade em raças. Desse modo, se os naturalistas dos séculos XVII-XIX não tivessem desenvolvido suas pesquisas de classificação dos grupos humanos com a intenção de hierarquizar, ou de estabelecer uma escala de valores entre as elencadas raças, não teriam causado tantos problemas para a humanidade como essa classificação causou. Logo, a partir do momento em que escolhem relacionar de forma intrínseca o biológico e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais, decretam os indivíduos da raça branca como superiores aos indivíduos considerados partes da raça negra e amarela, legitimando, por conseguinte, todas as

qualidades necessárias para que a raça superior fosse mais apta para dominar e controlar as outras raças, principalmente a raça negra, que foi considerada com a menos capacitada e, portanto, a mais sujeita ao pior tipo de exploração, a escravidão (MUNANGA, 2003, p.5).

Dessa forma, a partir do século XX, a pseudo-ciência nomeada como raciologia ganhou muito espaço, apresentando um conteúdo muito mais doutrinário que científico devido à postura que o discurso demonstrava com a intenção de justificar e legitimar os sistemas de dominação racial ao invés de ser somente um modelo de explicação da variabilidade humana. Então, a raciologia saiu dos círculos acadêmicos e se espalhou no tecido social das populações ocidentais dominantes, sendo usada como forma de validação para as atitudes nacionalistas que causaram exterminações sofridas contra a humanidade em vários conflitos e de maneira extrema na Segunda Guerra Mundial (MUNANGA, 2003, p.5).

Além disso, é notável que o conceito de raça empregado atualmente não se relaciona com o biológico e sim como um conceito carregado de ideologia que em sua camada mais profunda esconde a relação de poder e de dominação. Sendo assim, o significado do conceito de raça é muito mais complexo e determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Ademais, o entendimento de o que é negro, branco e mestiço não é o mesmo nos EUA, no Brasil, na África do Sul ou nos países da Europa, caracterizando, assim, um conceito com sentido político-ideológico e não biológico (MUNANGA, 2003, p.6).

Em contrapartida, através dessas “raças sociais” que são difundidas pela sociedade, são estabelecidos os racismos populares, por isso alguns biólogos anti-racistas consideraram que o conceito de raça fosse banido de dicionários e trabalhos científicos. No entanto, mesmo que sendo comprovada a inexistência científica da raça e a inoperacionalidade do conceito em si, o seu uso é justificado como realidade social e política, entendendo a raça como uma construção sociológica e uma condição social de dominação e de exclusão (MUNANGA, 2003, p.6).

Assim, a partir de 1920, foi criado o conceito de racismo, o qual possui diversas leituras e interpretações, e nem sempre se consegue determinar um denominador comum, dessa forma,

“Com efeito, com base nas relações existentes entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais.” (MUNANGA, 2003, p.7-8).

Com isso, o racismo se estabelece como uma crença na existência de raças naturalmente hierarquizadas pela relação essencial entre o físico, o moral, o intelectual e o cultural. Logo, o racista entende e formula raça no sentido sociológico, assim a raça no seu imaginário não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos e sim um grupo social com traços culturais, linguísticos e religiosos que ele entende como inferiores ao grupo ao qual ele pertence e reconhece como normal e comum, confirmando que a questão central do racismo está na inferiorização de outro grupo social (MUNANGA, 2003, p.8).

As consequências da popularização desse pensamento são vistas na atualidade. A hierarquização racista sobreviveu ao tempo e aos progressos da ciência e se mantém presente no imaginário coletivo das novas gerações. Contudo, o racismo se reformulou devido à necessidade de respeito às diferenças e às identidades culturais de cada povo e assim se manteve na Europa Ocidental contra os imigrantes dos países árabes, africanos e de outros países do terceiro mundo a partir dos anos 1980, marcando o fato de o racismo não precisar mais do conceito de raça no sentido biológico para confirmar a existência das diferenças claras e insuperáveis entre grupos e estereótipos (MUNANGA, 2003, p.10)

Dessa forma, o racismo se dividiu em duas linhas: o racismo clássico, que se alimenta da ideia de raça, e o racismo novo, que é formado a partir da noção de etnia, a qual é estabelecida como um grupo cultural, que constitui um vocabulário mais aceitável que raça, e possui a intenção de alcançar um termo politicamente correto. Ademais, o autor Kabengele Munanga entende que

“Estamos entrando no terceiro milênio carregando o saldo negativo de um racismo elaborado no fim do século XVIII aos meados do século XIX. A consciência política reivindicativa das vítimas do racismo nas sociedades contemporâneas está cada vez mais crescente, o que comprova que as práticas racistas ainda não recuaram. Estamos também entrando no novo milênio com a nova forma de racismo: o racismo construído com base nas diferenças culturais e identitárias. Devemos portanto observar um grande paradoxo a partir dessa nova forma de racismo: racistas e anti-racistas carregam a mesma bandeira baseada no respeito das diferenças culturais e na construção de uma política multiculturalista.” (MUNANGA, 2003, p.11).

Por isso, quando os movimentos negros reivindicam a expressão de sua identidade buscando um reconhecimento público, a fim de construir uma nova imagem positiva que lhes empodere e devolva a auto-estima retirada pela alienação racial, os partidos de extrema direita na Europa como um todo buscam estabelecer o mesmo respeito à cultura “ocidental” que nunca foi ameaçada, mas que é uma falsa barreira de proteção com a finalidade de proteger e escoder o real motivo que se baseia na necessidade de viver separados dos imigrantes árabes, africanos, e de outros países não ocidentais/sociedades pós-coloniais (MUNANGA, 2003, p.11).

Sendo assim, o surgimento do conceito de etnia e sua substituição pelo conceito de raça não resolve as questões mal resolvidas pelo racismo.

“Alguns, fogem do conceito de raça e o substituem pelo conceito de etnia considerado como um lexical mais cômodo que o de raça, em termos de “fala politicamente correta”. Essa substituição não muda nada à realidade do racismo, pois não destrói a relação hierarquizada entre culturas diferentes que é um dos componentes do racismo. Ou seja, o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as de ontem são as etnias de hoje.” (MUNANGA, 2003, p.12-13).

Por conseguinte, o uso dos conceitos de etnia, de identidade étnica ou cultural são de uso agradável para racistas e anti-racistas, sendo manipulados e direcionados conforme os seus interesses. Dessa forma, tanto o conceito de raça quanto o conceito de etnia são ideologicamente manipulados e geram confusão no desenvolvimento de pesquisas, devido ao uso claramente indefinido. Além disso, os povos que se encontram juntos em um território e formaram um país não podem ser considerados como raças distintas em nome da ciência biológica, mas sim como populações. No entanto, a etnia certamente não é uma entidade estática pois possui uma história, uma origem e assim uma evolução no tempo e no espaço, por isso, analisando a história de alguns povos podemos perceber que etnias nascem e desaparecem despretensiosamente (MUNANGA, 2003,p.13-14).

Assim, abraçar o conceito de multiculturalismo, aceitando a coexistência de vários grupos sociais e culturais que habitam o mesmo espaço, seria uma ação social que estaria inclinada ao respeito e à identificação de diferenças, porém desde

que todas as diferenças fossem respeitadas e todas as pessoas pudessem conviver sabendo de suas diferenças e se respeitassem.

Todavia, para o estabelecimento do multiculturalismo é necessário o despreendimento do etnocentrismo, o qual percebe a diversidade cultural como uma espécie de escândalo e assim consiste em combater as formas culturais, morais, religiosas, sociais e estéticas que não estão em seu cotidiano ou que não trazem identificação, recusando-se a admitir a própria diversidade cultural, escolhendo repetir dogmas da cultura tida como normativa e assim se manter estático. Dessa forma, o autor Lévi-Strauss discorre que

““Costumes de selvagem”, “isso não é nosso”, “não deveríamos permitir isso”, etc., um sem número de reações grosseiras que traduzir este mesmo calafrio, esta mesma repulsa, em presença de maneiras de viver, de crer, ou de pensar que nos são estranhas. Deste modo a Antiguidade confundia tudo que não participava da cultura grega (depois greco-romana) sob o nome de bárbaro; em seguida, a civilização ocidental utilizou o termo de selvagem no mesmo sentido.”(LÉVI-STRAUSS, 2008, p.4).

Com isso, a sociedade se desenvolveu acostumada com a prática da discriminação, em que o preconceito é levado a um grau superior e entra em ação ao invés de existir somente no discurso, prejudicando assim vidas por pertencerem a um ou outro grupo que foge de determinadas categorias. Dessa forma, temos a discriminação etnocentrista como a condutora das grandes guerras da humanidade como a Guerra da Armênia, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o genocídio de Ruanda (1994), assim como o Apartheid na África do Sul e os eventos de discriminação contra imigrantes de regiões árabes e países africanos (BERBEL, 2017, p.330).

Outrossim, quando analisamos o racismo no contexto das Relações Internacionais este aparece integrado à escravidão e ao império na formação da ordem mundial contemporânea, liderada pela Europa e pelos EUA. Ademais, a atuação da resistência ao racismo e a busca por justiça racial e igualdade formam os princípios constitutivos da alternativa de ordem mundial adotada por líderes anticoloniais. A conexão intrínseca entre o colonialismo e o racismo, por um lado, e a união com a descolonização, igualdade racial e os direitos humanos, por outro, geraram uma contribuição importante para as sociedades pós-coloniais, algo que estava faltando nas contribuições da Carta das Nações Unidas e da Declaração

Universal dos Direitos Humanos (DUDH), fundações importantes da ordem internacional liberal (OLI) (ACHARYA, 2022, p.23-43).

Com isso, a omissão dos congressos e convenções, como a Conferência de São Francisco, em obter uma postura mais firme sobre os temas como o antirracismo, a igualdade racial e a descolonização, gerou uma união mais forte entre os países recém libertos do Imperialismo. Logo, através das demandas anticoloniais e antirraciais, uma das grandes vozes desse movimento, Jawaharlal Nehru, convocou as Conferências de Relações Asiáticas de 1947 e 1949 e co-convocou a Conferência Ásia-África em Bandung de 1955, para realizar debates e discussões a fim de avançar no processo de descolonização e a de estabelecimento de igualdade racial, em contrapartida aos registros da Conferência de São Francisco que sugerem e demonstram que os temas de antirracismo e de descolonização foram tratados como pautas secundárias na fundação das Nações Unidas (ACHARYA, 2022, p.23-43).

Dessa forma, podemos ver que

“Isso é sintomático da maneira com que as narrativas tradicionais da construção de ordem mundial, e algumas contribuições recentes da corrente dominante que, de fato, reconhecem a importância do ativismo antirracista, marginalizam o pensamento antirracista e o ativismo por participantes não-Ocidentais nas fundações da ONU e da OLI. Apesar disso, nós precisamos de uma contabilização completa das contribuições não-Ocidentais, especialmente das mulheres, para perturbar a narrativa civilizacional Ocidental e autoimagem da ordem mundial. Portanto, a Carta das Nações Unidas e a DUDH, ambas tendo feito a raça uma dentre várias áreas de não discriminação, perderam a oportunidade de avançar a norma global contra o preconceito racial. A norma de igualdade racial aplica-se a relações de raça, ambas dentro de e entre Estados, diferentemente de igualdade soberana, a qual foca exclusivamente em relações interestatais. Então, focar-se no último e não necessariamente no primeiro diluiu a luta contra o racismo no geral, incluindo racismo doméstico em estados Ocidentais.”(ACHAYA, 2022, p.23-43).

Por conseguinte, durante a Conferência de Bandung, a reunião foi chamada de “a primeira conferência intercontinental de pessoas de cor na história da humanidade”, assim dito pelo presidente Sukarno da Indonésia. Sendo assim, a Conferência estabeleceu uma ligação intrínseca entre colonialismo, direitos humanos e racismo, a qual construiu “dez princípios” em seu comunicado final que comunicavam um claro reconhecimento da perspectiva das nações pós-coloniais, e da necessidade da inclusão da igualdade racial por si só. Por isso o legado da

Conferência de Bandung é muito importante para a ordem mundial e para todos aqueles que eram reconhecidos como pertencentes ao Terceiro Mundo (ACHAYA, 2022, p.23-43).

3.1 VIDAS ENLUTÁVEIS

A partir do conhecimento de como os conceitos de raça, racismo e discriminação se formaram no mundo podemos fazer uma análise e questionar os acontecimentos da atualidade através da perspectiva pós-colonial que envolve todos esses temas. Portanto, é de extrema importância colocar em destaque e questionar o processo de comoção seletiva que vem sendo normalizado e que reforça preconceitos e atitudes omissas a certos acontecimentos que não entram no padrão necessário de comoção pública e por isso não recebem a devida atenção, perpetuando muitas vezes a violência, a discriminação racial e a discriminação na prestação de socorro e de ajuda humanitária, ferindo assim os direitos humanos.

Por exemplo, com o acontecimento da Guerra da Ucrânia, localizada na Europa, pôde-se perceber uma grande mobilização e comoção mundial para com as vítimas desse conflito e assim grandes declarações em busca do acolhimento dos refugiados dessa guerra. Houve uma divulgação massiva na mídia sobre todos os detalhes e movimentos políticos que envolvem os atores principais do conflito, gerando uma sensação de proximidade e de empatia por parte daqueles que consomem notícias sobre o mundo e se compadecem pelo sofrimento passado pelos refugiados que tiveram suas vidas transformadas pelo conflito.

No entanto, é perceptível uma diferença no interesse do público e também da mídia na propagação de informações e na comoção das pessoas para o envio de ajuda humanitária quando se trata de conflitos localizados em sociedades pós-coloniais. Por exemplo, podemos observar a Guerra da Síria que já possui mais de 13 anos desde o seu início e que não possui uma cobertura tão ampla e discussões atuais sobre os desdobramentos do conflito na mídia, que além de mascarar, omite as situações vividas pelos refugiados desse conflito, os quais buscam por ajuda em muitos países da Europa e na maioria das vezes são recebidos com discriminação e indignação por parte das populações europeias e seus governos.

Por isso, a pesquisa da autora Judith Butler e a discussão do conceito de vidas enlutáveis é um caminho para descobrir o real significado dessa diferença de tratamento e a seletividade da comoção de grande parte das pessoas. Dessa maneira, o conceito se remete a todas as vidas que, ao serem perdidas, serão sentidas e lamentadas coletivamente em comparação com as vivenciadas por indivíduos sem direitos e que supostamente possuem vidas indignas de serem vividas.

A autora coloca o questionamento de “Em que circunstâncias é possível lamentar uma vida perdida?” para a análise e nos instiga a descobrir do que se trata uma vida perdida. Desse modo, nos incentiva também a visualizar que corpo essa vida teria, de que cor sua pele seria, quais crenças ele professa e de que lugar vem. Como resultado, entende que

“Se concordarmos que toda pessoa deveria ser livre para aspirar a uma vida visível e despojada de violência, então estamos aceitando exercer esse direito e que todos aqueles que são privadas de sua vida por meio da violência são vítimas de injustiça radical. No entanto, se reconhecemos apenas a certas vidas o direito de aspirar a uma vida vivível; se só choramos quando são essas as vidas que desaparecem por obra da violência, então devemos nos perguntar por que choramos essas vidas e outras não. Parte do que nossa dor diz —se a dor falasse—, parte do que essa dor implica, é que as vidas foram perdidas deveriam ter tido a oportunidade de viver, de aspirar a uma vida que não fosse de sofrimento contínuo e deslocamento, mas uma vida visível, uma vida que permitisse que uma pessoa amasse a vida que lhe foi dada viver.”(EI PAIS, 2020)

Por conseguinte, as diferenças entre classe, raça ou gênero se misturam com os critérios com que julgamos quais vidas merecem ser vividas, assim deixando claro o papel importante que a desigualdade social desempenha na maneira de abordar a questão sobre quais vidas devem ser choradas. Ademais, as populações são divididas com frequência, e entre essas divisões existe a divisão entre aqueles cujas vidas são dignas de serem protegidas e aqueles cujas vidas são consideradas dispensáveis, a depender do seu gênero, raça e da posição econômica.(EI PAIS, 2020).

Portanto, vítimas de guerra, refugiados, pessoas que sofrem com racismo, discriminação e xenofobia por serem estrangeiros em momentos de fragilidade entram para a classe assassável da população e mesmo com suas mortes frequentemente divulgadas em notícias sensacionalistas nos jornais, as manifestações de comoção pública são poucas e geralmente não causam nenhuma

reação acompanhada por uma análise focada em mobilizações contra essas mortes.(EI PAIS, 2020)

Além disso, existe sim uma diferença entre o luto público e a luta pela justiça devido ao fato de que nem toda morte é política e nem todas as lutas pela justiça dependem do direito de chorá-las, mas o luto público tem potencial de se tornar um ato político importante. Então, não é possível existir o luto se não houver o senso de justiça e a responsabilização dos atores culpados, de forma que isso é a privação do direito do luto e uma injustiça em si, sendo assim, o luto e a luta por justiça devem estar sempre juntos para reunir a dor e o sofrimento a fim de construir um novo consenso e solidariedade contra a violência.(EI PAIS, 2020)

Em seu livro *Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?* (2015), a autora discute que,

“Mas quais enquadramentos implícitos da condição de ser reconhecido estão em jogo quando “reconheço” alguém como “parecido” comigo? Que ordem política implícita produz e regula a semelhança nesses casos? Qual é nossa responsabilidade em relação àqueles que parecem testar nosso senso de pertencimento ou desafiar normas disponíveis de semelhança? Talvez pertençamos a eles de uma forma diferente, e nossa responsabilidade para com eles não resida, de fato, na apreensão de similitudes pré-fabricadas. Talvez essa responsabilidade só possa começar a ser internalizada por meio de uma reflexão crítica a respeito das normas excludentes de acordo com as quais são constituídos os campos da possibilidade do reconhecimento, campos que são implicitamente invocados quando, por um reflexo cultural, lamentamos a perda de determinadas vidas e reagimos com frieza diante da morte de outras.” (BUTLER, 2015, p.61-62).

Nesse sentido, as vidas perdidas na Guerra da Ucrânia seriam consideradas como as vidas enlutáveis e passíveis de luto e de comoção pública enquanto os refugiados e vítimas da Guerra da Síria seriam as vidas não choráveis ou não passíveis de luto. Em outras palavras, suas perdas não são lamentadas devido ao fato de nunca terem sido consideradas como vidas de verdade. Logo, fica clara a divisão do mundo em vidas passíveis de luto ou não passíveis de luto por parte dos atores da guerra que possuem o propósito de defender certas comunidades mesmo que isso signifique eliminar a vida de outras pessoas. (BUTLER, 2015, p.64-65).

Desse modo, Butler reforça que a distribuição desigual do luto público é uma questão importante e está relacionada à indignação diante de uma injustiça, além de afirmar que existem noções culturalmente específicas sobre o que é culturalmente

reconhecível como humano (BUTLER, 2015, p.65-67). Por fim, a autora faz uma constatação que pode ser relacionada com as comoções diferentes em relação à Guerra da Ucrânia e à Guerra da Síria, em que,

“Consideramos como isso se agrava naquelas situações em que o islã é visto como bárbaro ou pré-moderno, como algo que ainda ainda não se ajustou às normas que tornam o humano reconhecível. Aqueles que matamos não são completamente humanos, não estão de todo vivos, o que significa que não sentimos o mesmo horror e a mesma indignação diante da perda de suas vidas que sentimos com a perda das outras vidas que guardam uma semelhança nacional ou religiosa com a nossa própria.”(BUTLER, 2015, p.69).

4. SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS

Os refugiados são caracterizados como pessoas que tiveram que sair de seus países de origem devido ao medo de perseguições relacionadas a questões raciais, religiosas, de nacionalidade, posicionamentos políticos, pertencimento a determinado grupo social considerado inferior ou em razão de alguma outra ameaça de certa forma relacionada a esses fatores. Em geral, os refugiados são vítimas de atos graves de violência e violação de direitos humanos generalizada, muitas vezes em contextos de conflitos armados (ACNUR, 2024).

Com isso, temos a Convenção sobre Refugiados de 1951, como um alicerce da proteção internacional para todos os refugiados forçados a deixar seus ambientes familiares devido a conflitos e perseguições. Dessa forma, apesar de as causas e as configurações do deslocamento humano estarem em constante mudança, a Convenção sempre buscou refletir sobre esses avanços e mudanças, a fim de contemplar os refugiados de forma eficaz. No entanto, muitos governos motivados por certos populismos e nacionalismos vêm tentando rejeitar os princípios básicos da convenção e por isso estão gerando um problema com a garantia de que os Estados do mundo cumpram seu papel de receber os refugiados (ACNUR, 2021).

Atualmente, a resposta positiva em relação à recepção de refugiados nos territórios é cada vez mais rara e escassa, enquanto os refugiados e migrantes são forçados a fazer viagens perigosas e que muitas vezes acabam tirando suas vidas por meio de caminhos em desertos, mares e montanhas, motivados pelo medo e desespero na ideia de não sobreviver. Assim, fica evidente a falha que a comunidade internacional vem enfrentando, em se unir para a formação e criação de soluções possíveis e duradouras para essas pessoas em necessidade (ACNUR, 2021).

Por conseguinte, com o aumento dos movimentos para negar asilo aos refugiados, vem também à tona um processo de terceirização da responsabilidade da sua proteção, com o pensamento de “armazená-los” em outro lugar. Dessa forma, as sociedades ocidentais, mesmo obtendo os maiores recursos e capacidades para o acolhimento da maior parte dos refugiados, escolhem responder às tentativas de busca de refúgio em seus países através de medidas de controle de migração que rejeitam os indivíduos, construindo muros, fechando fronteiras e utilizando formas para o afastamento das pessoas que viajam pelo mar, assim muitas vezes

incentivando os refugiados a se arrisquem por rotas mais perigosas que acabam tirando as suas vidas (ACNUR, 2021).

Em contrapartida, as sociedades pós-coloniais possuem o maior índice de acolhimento de refugiados do mundo. Cerca de 90% dos refugiados estão alocados em países em desenvolvimento ou considerados menos desenvolvidos. No entanto, os Estados deveriam tomar ações afirmativas para a redução do número de deslocados à força e para o fim dos conflitos, assim defendendo e honrando os direitos humanos, mas é explícito que não há vontade política o suficiente para o investimento em tais soluções (ACNUR, 2021).

4.1 GUERRA DA SÍRIA

O conflito da Guerra da Síria está acontecendo há quase 13 anos, e teve seu início em 15 de março de 2011, após revoltas pacíficas de grupos opositores contra o presidente sírio Bashar Al-Assad, incentivadas pelo movimento em defesa dos direitos políticos em todo o norte da África, intitulado pela mídia como Primavera Árabe (FERREIRA, 2021, p.3). Dessa forma, com início na Tunísia e no Egito, as sociedades civis da região do Norte da África começaram a questionar as autocracias do Oriente Médio, sobre a limitação da liberdade dos civis e sobre a permanência desse sistema autocrata dos regimes.

Por conseguinte, as principais cidades sírias foram tomadas pelo conflito, como a capital Damasco, a maior cidade do país, e Aleppo. Assim, a tensão social se tornou uma guerra civil após a chegada de mais atores que entraram em conflito com o governo e outros grupos domésticos, como foi o caso do grupo extremista Estado Islâmico (ISIS) e dos grupos domésticos Exército Livre da Síria e o Partido da União Democrática (ANDRADE, 2011; SOARES, 2018 apud FERREIRA, 2021, p.3).

Ademais, os embates somaram-se aos interesses geopolíticos de atores regionais e internacionais, como Irã, Turquia, EUA e Rússia, os quais tomam atitudes voltadas a seus interesses próprios para com a guerra, e assim perpetuam um conflito que se desenrola há mais de uma década, produzindo mortes terríveis de crianças e idosos e o deslocamento forçado interno e externo de toda a população de um país. Como resultado, há uma crise de refugiados sem precedentes na região e no mundo como um todo, além da grande perda de toda a contribuição cultural síria no mundo (ANDRADE, 2011; SOARES, 2018 apud FERREIRA, 2021, p.3).

O Observatório Sírio para os Direitos Humanos (SORH) relata que documentou a morte de 380.636 mil pessoas em toda a Síria desde o início da Revolução Síria de 15 de março de 2011 até 1 de janeiro de 2020. Além disso, informa que os deslocamentos em massa da população foram incentivados pelas infraestruturas, hospitais, escolas e propriedades públicas e privadas que foram significativamente danificadas (SORH, 2020).

Outro dado importante, relatado pelo Observatório, é o número de mortes causadas por potências estrangeiras que intervêm no conflito sírio, com o pretexto de ajudar e trazer justiça. Em adição, essas potências se baseiam no pensamento ideal liberal de missão do homem branco que deve levar a democracia e a paz, para que assim haja um fim na opressão do povo sírio, quando, na realidade, eles propagam a violência e buscam atender somente seus interesses através de mísseis e ataques aéreos que muitas vezes são direcionados para regiões onde não há conflito armado, vitimizando assim civis comuns (SOHR, 2020).

Em consequência disso, os sírios são a maior população de refugiados do mundo, com 13,5 milhões de pessoas que foram forçadas a deixar seus lares e tudo que conheciam para trás desde 2011. Com isso, mais de 6,6 milhões de pessoas cruzaram fronteiras e 6,9 milhões de refugiados foram deslocados dentro da Síria, a fim de escapar de bombas e balas que invadiram seus ambientes familiares nos conflitos entre os atores envolvidos na guerra (ACNUR, 2022).

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR/UNHCR), os refugiados sírios estão divididos em diversos países, e os que se destacam com as maiores populações de refugiados são Turquia, Líbano, Jordânia e Egito. A Turquia abriga o maior número de refugiados sírios registrados com mais de 3,7 milhões de pessoas, os quais vivem em áreas urbanas em condições terríveis com pouco ou nenhum recurso financeiro, sendo apenas 1 em cada 20 alocados em campos de refugiados em 2021 (ACNUR, 2022).

Ademais, com o início da pandemia de COVID-19, a situação dos refugiados se tornou mais preocupante devido à impossibilidade de atuação em alguns trabalhos informais e autônomos. No Líbano, em 2021, tivemos dados de que 9 em cada 10 refugiados estavam vivendo em extrema pobreza, sem ajuda de campos de refugiados formais, consequentemente vivendo espalhados em comunidades, compartilhando pequenos alojamentos simples com outras famílias de refugiados em condições superlotadas.

Do mesmo modo, na Jordânia, por volta de 670 mil refugiados de todas as idades estão atualmente presos no exílio e, em 2021, cerca de 80% deles estavam vivendo fora dos campos e abaixo da linha de pobreza nacional, mesmo antes da chegada da pandemia, sobrevivendo com apenas U\$ 3 por dia em uma situação em que somente 128 mil encontravam-se em campos de refugiados como Za'atari e Azraq (ACNUR, 2022).

Em 2015, tivemos um dos momentos mais marcantes para a trajetória da Guerra da Síria e de seus refugiados, com a Crise dos Refugiados, em que os refugiados começaram a cruzar o Mar Mediterrâneo através de barcos superlotados com altos riscos de naufrágio a fim de chegar à Europa. Dessa maneira, a tragédia que marcou o mundo em setembro de 2015 foi a imagem do corpo do menino sírio de 3 anos, chamado Alan Kurdi, em uma praia na Turquia que tomou conta de todas as capas de jornais, noticiários e redes sociais, comovendo políticos, celebridades e pessoas comuns de maneira inédita (BBC, 2021).

A imagem do corpo de uma criança síria morta em uma praia chocou o mundo, mas essa realidade já estava presente no Mediterrâneo há alguns anos e muitas outras crianças e jovens perderam suas vidas dessa forma, mesmo antes dessa imagem chegar às grandes mídias, mostrando, assim, que o conceito de comoção seletiva e de vidas enlutáveis é representado na prática com essas reações. Logo, sempre é necessário que algo seja muito chocante e terrível para que a comunidade internacional seja comovida em relação ao sofrimento e morte de refugiados e de pessoas que estão passando por graves problemas sociais em países emergentes e sociedades pós-coloniais.



Imagem 1: Refugiados sírios e iraquianos chegando da Turquia à Ilha de Lesbos (Grécia, 2015) e sendo ajudados por uma ONG espanhola (Proactiva Open Arms). Fonte: Brasil Escola, 2024.

De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a viagem da Líbia para a Itália é a mais perigosa e mais de 2,5 mil imigrantes morreram tentando fazer essa rota. Os meses de verão são os mais fatais para os imigrantes já que esse é também o período mais comum de busca para chegar à Europa. Em relação a fatalidades, o pior mês do ano de 2015 foi abril, em que um barco lotado com muitas pessoas a mais do que a capacidade permitida saiu com 800 imigrantes e virou no mar da Líbia (BBC, 2015).

Com isso, a crise migratória de 2015 foi resultado da fuga de civis de conflitos e da pobreza extrema nos continentes africano e asiático. Dessa forma, durante o ano, segundo o ACNUR, 1.032.408 pessoas buscaram entrar na Europa pela Grécia, Itália, Chipre, Malta e Espanha, sendo a Grécia o país mais procurado como porta de entrada em 2015, com mais de 500 mil pessoas chegando no país por meio de vias e rotas irregulares. Em outubro foi instalado na ilha Lesbos o primeiro centro de “recepção e registro” de migrantes e refugiados da União Europeia (BBC, 2021).

Além disso, as reações da União Europeia em relação às medidas de resolução da crise envolveram a criação de um plano para realocação de pessoas pelo continente, após a pressão migratória sofrida por Grécia e Itália, em que o objetivo era transferir os refugiados para outras nações do bloco e assim aumentar

as chances dos pedidos de asilo serem aceitos em dois anos. Por conseguinte, ao final do programa, segundo as Nações Unidas, 35.500 migrantes deixaram a Grécia e Itália e foram realocados e distribuídos em outros 25 Estados-membros da União Europeia, mas atingindo somente 22% do objetivo original do programa (BBC, 2021).

Ademais, houve uma iniciativa implementada em 2016 como um acordo entre União Europeia e a Turquia, que previa que todo refugiado que tivesse sua entrada ou pedido de asilo negado seria enviado de volta para o território turco e, conseqüentemente, para cada refugiado sírio que chegasse à Grécia e fosse impedido de residir na UE, uma outra pessoa refugiada síria seria assentada no bloco europeu vindo diretamente da Turquia. Para tanto, a UE estabeleceu uma contribuição de 6 bilhões de euros para a Turquia, o que levou a uma redução drástica no número de migrantes que se dirigiam à Europa por meio da rota entre Turquia e Grécia, o que gerou manifestações e protestos em capitais europeias em defesa dos direitos dos refugiados (BBC, 2021).

Dentre as potências europeias, a Alemanha foi o país que mais se destacou em relação à crise dos refugiados de 2015, quando o governo alemão tomou a decisão de cessar os efeitos do Protocolo de Dublin para o caso de refugiados, norma europeia que prevê que um imigrante só pode pedir asilo no país aonde ele chegou e que inicialmente processou seus dados pessoais. Assim, com a suspensão, a Alemanha abriu suas fronteiras para a permanência de dezenas de milhares de migrantes da Síria que entraram em seu território mesmo tendo passado por outros países da UE. Logo, ao final do ano de 2015, cerca de 1,1 milhão de refugiados chegaram à Alemanha, cerca de 160 mil ficaram estabelecidos no estado alemão da Baviera e outros foram distribuídos em outras regiões da Alemanha (BBC, 2021).

Com isso, o governo alemão e a chanceler da época, Angela Merkel, receberam diversas críticas da sociedade civil alemã, as quais consistiam em disseminar a ideia de que os imigrantes estariam sobrecarregando o sistema alemão e que a presença de refugiados árabes aumentava a violência da extrema direita e conseqüentemente inflamava o terrorismo islâmico no país. A reputação da Alemanha melhorou muito em todo o Oriente Médio depois dessas medidas tomadas a favor dos refugiados, no entanto, não foi o suficiente para apagar a hipocrisia europeia por tentarem civilizar o Oriente Médio, a sua maneira, sobre

direitos humanos, sem mesmo terem uma postura engajada com a defesa dos direitos dos refugiados (CNN, 2016).

Do mesmo modo, quando analisamos o movimento Brexit, o qual correspondeu à saída do Reino Unido da União Europeia, pode-se ver como o pensamento separatista estava conectado ao movimento anti-imigrantista, o qual teve início após as Guerras no Oriente Médio, com grande impacto em relação aos refugiados da Guerra da Síria (NOGUEIRA, *et al.*, 2022, p.7). Por conseguinte, a população britânica possuía opiniões contrárias para com a movimentação econômica que aconteceu nos países menores membros da União Europeia, que devido aos pedidos em massa de asilo para refugiados pediam dinheiro para a UE e geraram a inflamação do nacionalismo tradicional do povo inglês, que não concordava com essa medida, deixando claro também os efeitos do preconceito e racismo com as sociedades pós-coloniais e seus povos que necessitam de ajuda.

4.2 GUERRA NA UCRÂNIA

O conflito teve início em 24 de fevereiro de 2022, mas vem como resultado de uma junção de fatores que culminaram para o início da guerra na Ucrânia. Dessa forma, um fator histórico que não pode ser esquecido na relação de Rússia e Ucrânia é o fato de que a origem da própria nacionalidade russa vem da antiga “Rus de Kiev”, um grande estado medieval que tinha Kiev como centro civilizacional dos eslavos orientais, que, mesmo com o passar dos séculos e com os pontos de cultura russa transladados para Moscou e São Petersburgo, a Ucrânia ainda representa um ponto existencial na identidade nacional da Rússia (CARMONA, 2022).

Além disso, a partir da construção da União Soviética após a Revolução de 1917, através de um viés do marxismo-leninismo, durante décadas os russos hegemonizaram 15 repúblicas soviéticas, que também se conformavam com o ideal de “autodeterminação dos povos”, pela visão leninista. No entanto, com o desfecho da Guerra Fria no período de 1989 a 1991, e a vitória do grupo liberal-ocidental do conflito, decorreu o fim da União Soviética e conseqüentemente a fragmentação territorial da Rússia (CARMONA, 2022).

Contudo, após a chegada emergente do primeiro ministro Vladimir Putin e do chanceler Evgueni Primakov ao poder, se inicia um restauração dos objetivos geopolíticos da Rússia e o estabelecimento da Doutrina Primakov, a qual tinha o

objetivo de incentivar a Rússia a voltar sua atenção para a região da Eurásia, e assim restabelecer a sua zona de influência e se posicionar a favor da multipolarização do sistema internacional. Com isso, o poder nacional russo teve sua reconstrução baseada nos investimentos no setor energético, científico e tecnológico e nos excedentes de energia com enfoque maior no petróleo e gás natural, além do incentivo à reconstrução da indústria militar russa (CARMONA, 2022).

Em contrapartida, após a Guerra Fria, a OTAN teve sucessivas ondas de expansão para o Leste europeu e na Europa como um todo, com a intenção de conquistar todos os antigos signatários do antigo Pacto de Varsóvia. Ademais, a Ucrânia pode ser considerada uma área de extrema sensibilidade para o império russo. A crise atual entre os países teve início a partir da chamada “Revolução Laranja”, que ocorreu nas eleições ucranianas de 2004, em que o candidato da oposição Viktor Yushchenko ganhou e representou a cor laranja (CARMONA, 2022).

Logo, causando o desenvolvimento das chamadas “Revoluções Coloridas”, caracterizadas como uma série de acontecimentos, localizadas em países do entorno do território russo, com influência de serviços digitais de inteligência ocidentais que buscavam a desestabilização política dos governos a favor de Moscou. Além disso, houve o estabelecimento do movimento conhecido como Euromaidan, o qual expressava a opinião favorável de uma grande parcela da população ucraniana em relação a um acordo de associação do país com a União Europeia, movimento que teve uma radicalização e resultou na deposição do governo pró-Moscou de Viktor Yanukovych em 2014, o que, conseqüentemente, foi combustível para a invasão militar russa na Crimeia e em partes das províncias de Donetsk e Luhansk, as quais possuem maioria etnicamente russa (CARMONA, 2022).

Para entender o conflito atual é crucial olhar para a dimensão psicossocial da situação, em que se deve reconhecer a fragilidade da identidade nacional da Ucrânia, a qual é reforçada pelas divergências culturais dentro de um mesmo território. Assim, pode se ver que a oeste do Rio Dnieper a região sempre sofreu influência europeia, tendo como destaque a cidade de Lviv, que se localiza na parte ocidental do país, que já fez parte do império austro-húngaro. De outro modo, na parte Leste do rio Dnieper e no sul da Ucrânia, existe uma identificação com a cultura russa, além de a província da Crimeia, sede da esquadra russa do Mar Negro, ter sido uma concessão do ucraniano Nilita Kruchov, no período em que foi

líder da União Soviética, para a então República Soviética da Ucrânia, atitude que nunca foi bem aceita pelos russos devido à função geoestratégica da região para Moscou (CARMONA, 2022).

Com isso, a Guerra da Ucrânia está acontecendo devido a uma soma de fatores que vão desde a visão russa de identidade e do que representa esse país para sua nacionalidade até a expansão contínua da OTAN para a região de influência russa, algo que ameaça Moscou devido à incorporação da instituição militar ocidental. Devido a isso, em 17 de dezembro de 2021, o governo russo visou um acordo com os EUA e a OTAN, buscando preservar seus interesses e tudo aquilo que para Moscou era essencial para manter sua rede de segurança intacta, documento o qual foi ignorado por Washington e Bruxelas e que propunha a neutralidade militar da Ucrânia e a não concentração de mísseis perto das fronteiras russas (CARMONA, 2022).

Assim, desde 24 de fevereiro de 2022, as tropas russas adentraram as fronteiras ucranianas depois de meses de concentração preventiva em seu próprio território, o que tornou real a atual campanha militar. No entanto, a situação militar da guerra na Ucrânia caracteriza-se por meio de uma ‘progressão lenta’ tanto da ofensiva russa quanto da contra ofensiva ucraniana, algo que, pela via militar estritamente, e nessas condições não apresenta um desfecho próximo (CARMONA, 2022).

Ademais, a Rússia encontra dificuldade para avançar na guerra devido ao ambiente urbano que causa uma reação extremamente negativa a quem ataca do que a quem defende, estando também em contato com a população em instalações civis como prédios e condomínios residenciais. Dessa forma, a Rússia dissemina a narrativa de que Rússia e Ucrânia são como irmãos de sangue e por isso não pretendem seguir com uma ação militar de “terra arrasada”, na qual haveria muitas mortes de civis (CARMONA, 2022).

De outro modo, as tropas de Kiev caminham para o conflito confiando na capacidade de resistência e no apoio econômico e militar da OTAN. Assim, mesmo as forças da OTAN não podendo realizar um engajamento direto, se não por meios de forças especiais camufladas, buscam apoiar as forças ucranianas majoritariamente por meio de fornecimento de material militar moderno, treinamento de tropas e gestão de informações de inteligência. Isso acontece devido ao fato de que o engajamento direto da OTAN na Guerra na Ucrânia incendiaria uma guerra

com a Rússia envolvendo potências mundiais nuclearmente armadas, o que ameaçaria uma destruição em massa no planeta (CARMONA, 2022).

Ainda assim, os ataques militares entre os países e a destruição das infraestruturas do país causaram o deslocamento de milhões de refugiados para países vizinhos. De acordo com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), pelo menos 4,8 milhões de pessoas cruzaram as fronteiras da Ucrânia para buscar refúgio em por volta de 44 países vizinhos de toda Europa. Assim, até dia 7 de junho de 2022, tinham sido registradas cerca de 7,3 milhões de passagens na fronteira saindo da Ucrânia, mas também foram registradas 2,3 milhões de passagens de retorno para o país (ACNUR, 2022).

O ACNUR também relata que os Estados estão demonstrando uma postura extraordinária em relação à recepção das pessoas refugiadas, contando que os Estados-Membros da União Europeia vêm tomando medidas sem precedentes e ativando aceleradamente os protocolos para a Diretiva de Proteção Temporária pela primeira vez, o qual garante o acesso à proteção e a serviços para refugiados da Ucrânia e também ampliando programas semelhantes de proteção. Logo, do total de 4,8 milhões de pessoas refugiadas ucranianas na Europa, já somaram 3,2 milhões de registros para receber a Proteção Temporária ou receber ajuda dos outros programas nacionais de proteção (ACNUR, 2022).



Imagem 2: Refugiados ucranianos cruzando a fronteira com a Polônia.- Foto. AP Photo/Czareck Sokolowski. Fonte: G1, 2022.

Dessa maneira, a ACNUR está liderando e coordenando a resposta humanitária na região e segue apoiando 4 milhões de pessoas dentro da Ucrânia com assistência emergencial, oferecendo também assistência financeira para mais de 476 mil pessoas em países como Bulgária, Moldávia, Polônia, Romênia e Eslováquia, além de 273 mil pessoas terem recebido assistência legal, psicológica e social em 39 pontos de atuação do ACNUR em 8 países (ACNUR, 2022).

4.3 REPORTAGENS RACISTAS E A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

A partir da análise desses dois conflitos, algo que ficou muito explícito foi a diferença de tratamento aos refugiados e a distinção na hora da prestação de socorro e ajuda humanitária. Com isso, desde o início da Guerra da Ucrânia, a Europa vem se destacando pela boa acolhida aos refugiados, contudo, temos a declaração com palavras fortes e perturbadoras do premiê da Bulgária, Kiril Petkov, que explicitou o contraste da acolhida europeia em relação ao êxodo de ucranianos e a crise de refugiados da Síria, explicando que “Essas pessoas são europeias, são inteligentes, são educadas. Esta não é a onda de refugiados a que estamos acostumados, de pessoas com passado obscuro, que poderiam ter sido até terroristas”, assim reforçando claramente estereótipos e o racismo contra pessoas de sociedades pós-coloniais (COHEN, 2022).

Ademais, países como Polônia, Hungria e Romênia que se destacavam anteriormente com posturas completamente hostis contra as outras ondas de refugiados, oriundas seja do Iraque, Síria, Afeganistão ou países africanos, atualmente se sobressaem pela alta solidariedade e hospitalidade aos ucranianos. Desse modo, tomando atitudes como a mobilização da lei de proteção temporária, já citada no trabalho, pela primeira vez desde sua elaboração no período do conflito na antiga Iugoslávia. Tal lei é útil para estender o status de residência aos refugiados imigrantes sem necessidade de um longo processo de trâmites burocráticos de asilo, o que permitirá a permanência em solo europeu em até três anos com acesso à educação, moradia e oportunidades de trabalho (COHEN, 2022).

Da mesma maneira, o premiê húngaro ultranacionalista, Viktor Orbán, destacou que considera os ucranianos como um povo amigo, tendo uma opinião completamente contrária em relação aos imigrantes vindos de fora da Europa, sendo que já investiu 120 milhões de euros para construir uma cerca em sua fronteira com o intuito de barrar os refugiados além de aprovar um pacote de medidas que condenam à prisão os imigrantes e os grupos de pessoas que ajudassem os refugiados (COHEN, 2022).

Logo, pode-se ver que países que outrora exibiam políticas hostis e uma retórica xenofóbica e racista voltada para os imigrantes do Oriente Médio e da África agora se posicionam de maneira favorável ao acolhimento dos refugiados ucranianos. Assim, merecem destaque países como Hungria, República Tcheca, Romênia e Eslováquia que lideraram, em 2015, uma ruptura nas opiniões da União Europeia, com a forte resistência à proposta de cotas migratórias para a redistribuição de imigrantes que chegavam à Europa pelo mar Mediterrâneo em navegações perigosas e precárias que estavam sobrecarregando os sistemas de asilo da Grécia e da Itália (COHEN, 2022).

Outro ator importante nessa situação que também inesperadamente está agindo com uma postura aberta e receptiva aos refugiados é a Polônia e seu presidente Andrzej Duda. A Polônia recebeu a maioria dos refugiados ucranianos desde o início do conflito, mas já barrou milhares de afegãos que estavam presos na fronteira da Bielorrússia, devido a uma medida de retaliação do ditador Alexander Lukashenko às sanções europeias impostas àqueles países que não estavam dispostos a receber refugiados. O presidente bielorrusso ordenou construir uma cerca de arame farpado e aprovou normas para expulsar todos os imigrantes que cruzassem a fronteira de maneira irregular (COHEN, 2022).

Com isso, podemos ver de maneira negativa que a Guerra na Ucrânia dá à Europa uma chance de mostrar seu compromisso com os ideais humanitários e a sua preocupação com a proteção de pessoas em situação de refúgio. Porém, também demonstra como existem limites que delimitam a empatia e a solidariedade dos países europeus e como a dinâmica que molda a recepção de imigrantes no continente é baseada no racismo e na xenofobia (COHEN, 2022).

Outrossim, a mídia ocidental vem agindo de maneira supremacista e disseminando preconceitos através da cobertura da guerra. Jornalistas usam diversas vezes termos racistas e depreciativos em suas chamadas internacionais

como correspondentes da guerra. Dito isso, um dos exemplos de falas racistas e preconceituosas foi o do jornalista Charles D'Agata, correspondente do canal norte-americano CBS News, que disse que a situação de guerra entre os dois países não era esperada, por serem países civilizados, e por se tratarem de países europeus. Nas suas palavras, “Este não é um lugar, com todo o respeito, como o Iraque ou o Afeganistão, que têm visto conflitos violentos há décadas. Esta é uma cidade relativamente civilizada, relativamente europeia, cidade onde você não esperaria isso”. Com tais comentários, desumanizou pessoas-não brancas e pessoas não-europeias e, como dito no trabalho, pessoas que vêm de sociedades pós-coloniais que não são consideradas passíveis de empatia e luto (Brasil de Fato, 2022).

Do mesmo modo, em uma entrevista para a BBC, o ex-procurador-geral adjunto da Ucrânia, David Sakvarelidze, relatou que se sente muito comovido por ver pessoas loiras sendo mortas numa guerra. Assim, disse: “É muito emocionante para mim porque vejo europeus com cabelos loiros e olhos azuis sendo mortos todos os dias com mísseis de Putin, seus helicópteros e seus foguetes”, logo apresentando claramente um pensamento racista e uma comoção seletiva. Além disso, o apresentador inglês da Al Jazeera, Peter Dobbie, declarou que os ucranianos que fogem da guerra são “pessoas prósperas de classe média” e que “não são obviamente refugiados tentando fugir de áreas do Oriente Médio que ainda estão em grande estado de guerra; essas não são pessoas tentando fugir de áreas do norte da África, elas se parecem com qualquer família europeia com a qual você moraria ao lado”, propagando assim uma cobertura racista sobre os acontecimentos da guerra (Brasil de Fato, 2022).

De igual modo, a discriminação racial contra imigrantes negros também foi relatada devido ao fato de que diversas pessoas negras que estavam na Ucrânia tentando se deslocar das regiões de conflito para regiões mais seguras ou para outros países estavam sendo proibidos de entrar nos trens nas estações em Kiev. Mulheres e crianças africanas eram retiradas de seus assentos nos trens para dar lugar para mulheres e crianças brancas (Folha de S.Paulo, 2022).



Imagem 3: Pai espera com a filha na estação de trem de Kiev na quinta-feira, primeiro dia da invasão russa- Umit Bektas- 25 de fevereiro de 2022/ Reuters. Fonte: Folha de S. Paulo, 2022.

Com isso, governos como o da Nigéria começaram a divulgar comunicados transmitindo que haviam sido informados por seus cidadãos que residiam na Ucrânia dos tipos de tratamentos discriminatórios. Outro caso foi o da ministra das Relações Exteriores da Jamaica, Kamina Johnson-Smith, que declarou que 24 estudantes jamaicanos haviam sido forçados a caminhar 20 km até a Polônia depois de serem impedidos de embarcar em ônibus que levaria estudantes até a fronteira (Folha de S. Paulo, 2022).

Várias cidades em toda Ucrânia abrigam dezenas de milhares de estudantes africanos que se especializaram em medicina, engenharia e assuntos militares. Assim, países como Marrocos, Nigéria e Egito estão entre os dez países com mais estudantes situados na Ucrânia, acumulando por volta de mais de 16 mil alunos africanos e alguns milhares de estudantes indianos também, segundo o Ministério da Educação com a coleta de dados feita pela Reuters (Folha de S. Paulo, 2022).

Visto isso, entende-se que a mídia ocidental e as atitudes dos países europeus expressem opiniões em relação aos refugiados, em que as medidas tomadas para lidar com os deslocamentos de pessoas em situações de conflito vêm de uma tentativa de normalizar tragédias em certas regiões do mundo. Portanto,

mostrando claramente a distinção no tratamento e na ajuda humanitária, apresentando opiniões e atitudes que representam a ignorância, o racismo e a xenofobia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, o trabalho conclui que a discriminação racial sofrida pelos refugiados negros, na Ucrânia, e refugiados sírios que buscam asilo na Europa, e a cobertura racista e eurocentrista da mídia ocidental são baseados no que o pós-colonialismo dissemina como questionamento, sobre a forma que o colonialismo se apresenta atualmente na formação de relações de poder, hierarquias e sistemas de dominação. Dessa maneira, buscando apontar a continuidade e a persistência do poder colonial nos meios e corpos dos povos considerados como os Outros. Em outras palavras, é necessário pensar nos limites e possibilidades de superação das dominações imperialistas no âmbito cultural e político-econômico através da descolonização cultural e da propagação da oposição ao eurocentrismo em suas formas e meios de estereotipar as representações culturais das sociedades pós-coloniais.

Além disso, este trabalho reforça essa linha de pensamento através do estudo sobre o Orientalismo de Edward Said, o qual coloca que o papel constitutivo entre o colonizador e o colonizado é forjado na ideia de superioridade cultural e racial do Ocidente em detrimento do suposto atraso e incompletude do Oriente, possuindo como objetivo central promover o imperialismo europeu. Assim, também descrevendo que o resultado da hegemonia cultural fornece durabilidade e reforça o Orientalismo, cristalizando uma chamada “ideia de Europa”, que, em um contexto coletivo, forja uma identidade de “nós”, europeus, em prejuízo daqueles “não europeus”, o que estabelece uma ideia de identidade europeia superior aos povos e culturas não ocidentais.

Do mesmo modo, o trabalho traz a conceituação de raça, mostrando como o conceito não se relaciona mais com o biológico, mas sim como uma definição baseada na ideologia reforçada pela relação de poder e doutrinação, estabelecendo assim algo mais complexo e determinado pela estrutura da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Ademais, os racismos populares são estabelecidos através das “raças sociais”, algo que faz alguns biólogos anti-racistas considerarem que o conceito raça deve ser banido dos meios científicos. Contudo, mesmo com a inexistência científica da raça, o conceito tem seu uso justificado como realidade social e política, sendo uma construção sociológica e uma condição

social e política, dessa forma, compreendendo a raça como uma construção sociológica e uma condição social de dominação e de exclusão.

Sob o mesmo ponto de vista, o trabalho debate o conceito de vidas enlutáveis, que analisa como as vidas vistas como valorosas são lamentadas coletivamente, em comparação com as vidas que não possuem direitos e assim vivem vidas descartáveis, as quais muitas vezes podem ser consideradas indignas de serem vividas. Por isso o foco da análise do trabalho é voltado para a correlação entre o conceito e os acontecimentos de comoção seletiva entre os refugiados da Guerra da Síria, os quais em 2015 lidaram com a crise dos refugiados e sofreram com bloqueios e barreiras por parte de diversos países europeus, e a solidariedade e posicionamento favorável ao acolhimento dos refugiados da Guerra na Ucrânia, algo que confirma que a recepção de imigrantes e refugiados na Europa é baseada no racismo, xenofobia e nas relações de poder deixadas pelo imperialismo.

6. REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav. **Race and Racism in the founding of the modern world order**. Tradução: Rodrigo Marques. *International Affairs*, 98.1: 23-43, 2022.

ACNUR. **Após 9 anos de tragédia, resiliência e solidariedade, o mundo não pode esquecer dos sírios**. 11 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2020/03/11/apos-9-anos-de-tragedia-resiliencia-e-solidariedade-o-mundo-nao-pode-esquecer-dos-sirios/>>. Acesso em: 2 fev. 2024.

ACNUR. **ACNUR atualiza dados sobre pessoas refugiadas na Ucrânia para refletir movimentos recentes**. 10 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2022/06/10/acnur-atualiza-dados-sobre-pessoas-refugiadas-na-ucrania-para-refletir-movimentos-recentes/#:~:text=De%20acordo%20com%20novos%20dados>>. Acesso em: 6 fev. 2024.

ACNUR. **Refugiados**. 2024. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>. Acesso em: 2 fev. 2024.

ACNUR. **Síria**. 2022. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/siria/>>. Acesso em: 2 fev. 2024.

ACNUR. **Ucrânia**. 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/emergencias/ucrania/>. Acesso em: 6 fev. 2024.

BATALHA, Ettore Schimid. **O Orientalismo, ou a afirmação do discurso hegemônico do Ocidente**. *Revista Argumentos*. Montes Claros, v.14, n.2, p.177-198, jul/dez-2017.

BBC News Brasil. **Migração em alta escala divide a Europa e comove o mundo**. 15 dez. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55351023>. Acesso em: 3 fev. 2024.

BBC News Brasil. **Refugiados na Europa: a crise em mapas e gráficos**. 6 set. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150904_graficos_imigracao_europa_rm. Acesso em: 3 fev. 2024.

BERBEL, Vanessa Vilela. **Raça e Racismo: Os desafios dos Direitos Humanos na Sociedade Moderna**. *Revista de Direito em Debate*, Ano XXVI n°48, jul.-dez. 2017.

BUTLER, Judith. **Judith Butler: “De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público?”**. *El País*, 10 jul. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/babelia/2020-07-10/judith-butler-de-quem-sao-as-vidas-consideradas-choraveis-em-nosso-mundo-publico.html>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BRASIL DE FATO. **Mídia ocidental age como supremacista e dissemina preconceito em cobertura da guerra.** 28 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/02/28/midia-ocidental-age-como-supremacist-a-e-dissemina-preconceito-em-cobertura-da-guerra>>. Acesso em: 5 fev. 2024.

CARMONA, R. **A guerra na Ucrânia: uma análise geopolítica.** CEBRI-Revista, ano 1, n.3, jul/set - 2022. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/46/a-guerra-na-ucrania-uma-analise-geopolitica>. Acesso em: 5 fev. 2024.

COHEN, S. **Por que governos europeus com retórica xenófoba e racista contra refugiados agora se destacam pela boa acolhida aos ucranianos?** G1, 7 mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2022/03/07/por-que-governo-s-europeus-com-retorica-xenofoba-e-racista-contra-refugiados-agora-se-destacam-pela-boa-acolhida-aos-ucranianos.ghtml>. Acesso em: 5 fev. 2024.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, Marcos Alan. **Refugiados e Guerra Civil Síria: análise e perspectivas sobre o acolhimento na Turquia.** Florianópolis: Tempo e Argumento, v.13, n.332, e 0108, jan./abr., 2021.

FREIXA, Omer. **Frantz Fanon: um clássico para entender o colonialismo.** El País, 03 dez. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/cultura/2021-12-03/frantz-fanon-um-classico-para-entender-o-colonialismo.html>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

GRANDI, F. **Artigo de opinião do Alto Comissário do ACNUR – 70 anos da Convenção de 1951 sobre Refugiados.** ACNUR, 28 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2021/07/28/artigo-de-opiniao-do-alto-comissario-do-acnur-70-anos-da-convencao-de-1951-sobre-refugiados/>>. Acesso em: 2 fev. 2024.

G1. **Como o mundo vê a Alemanha um ano após a crise migratória?** 22 ago. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/08/como-o-mundo-ve-alemanha-um-ano-apos-os-crise-migratoria.html>. Acesso: 5 fev. 2024.

KRISHNA, Sankaran. **Postcolonialism and its relevance for international relations in a globalized world.** In: **Race, Gender, and Culture in International Relations.** Tradução: Douglas Renan de Carvalho Camargos, Karen Ayumi Kojima e Renata Baron Knapik. Routledge, p. 19-34, 2018.

KREUZ, Débora Strieder. **A relação colonial e a luta pela libertação nacional em Albert Memmi e Frantz Fanon.** Revista Latino-Americana de História, vol. 9, nº23 - jan./jul. 2020.

LÉVI-STRAUSS, C. **Raça e História.** Lisboa: Presença, 2008.

MANTOVANI, F. **Imigrantes negros na Ucrânia dizem ser alvo de racismo e barrados em trens ao tentar fugir**. Folha de S. Paulo, 28 fev. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/02/pessoas-negras-na-ucrania-dizem-ser-alvo-de-racismo-e-barradas-em-trens-ao-tentar-fugir.shtml>>. Acesso em: 8 fev. 2024.

MELO, Vico; COSTA LIMA, Marcos. **Movendo o Centro: Colonialismo oculto e as contribuições teóricas críticas e pós-coloniais para as Relações Internacionais**. REALIS, v.5, n. 01, 2015.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB. Rio de Janeiro, 2003.

NOGUEIRA, Giovanna S.; COUTO, Manuela E.; PERREIRA, Nicolle C. P.; SILVA, Tainah F. R. **Brexit e o movimento anti-imigrantista**. 2022. Monografia (Relações Internacionais) - Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2022.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, p. 107-30, 2005.

RUSH, Fred. As bases conceituais da primeira Teoria Crítica. In: RUSH, Fred (Org.). **Teoria Crítica**. São Paulo: Ideias & Letras, p. 31-66, 2008.

SAID, Edward W. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. Companhia de Bolso, 2008.

SORH. **Nearly 585,000 people have been killed since the beginning of the Syrian Revolution - The Syrian Observatory For Human Rights**. 4 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.syriaahr.com/en/152189/>>. Acesso em: 3 fev. 2024.